

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.: (251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21
Email: situationroom@africa-union.org

CONFERÊNCIA DA UNIÃO
Vigésima Primeira Sessão Ordinária
26 - 27 de Maio de 2013
Adis Abeba, Etiópia

Assembly/AU/5(XXI)
Original: Inglês/Francês

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS
SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM
ÁFRICA**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA SOBRE AS SUAS ACTIVIDADES E A SITUAÇÃO DE PAZ E SEGURANÇA EM ÁFRICA

I. INTRODUÇÃO

1. O Relatório do Conselho de Paz e Segurança (CPS) sobre as suas Actividades e a situação de Paz e Segurança em África é submetido em conformidade com o Artigo 7 (q) do Protocolo Relativo à Criação do CPS da União Africana (UA). Além do panorama sobre os desafios de paz e segurança no continente na véspera do 50º Aniversário da Organização da Unidade Africana (OUA/UA), o presente Relatório, preparado em conformidade com o referido Artigo, cobre as actividades realizadas pelo CPS na sequência do seu mandato, e fornece um panorama da situação de Paz e Segurança no continente durante o período de Janeiro a Maio de 2013.

II. DESAFIOS DE PAZ E SEGURANÇA NA VÉSPERA DO 50º ANIVERSÁRIO DA OUA/UA

2. O presente relatório é submetido numa altura em que o continente celebra o quinquagésimo aniversário da criação da OUA/UA. Trata-se de uma ocasião auspiciosa para os dirigentes africanos analisarem o rumo percorrido, identificar os desafios por superar e acordar sobre as vias e meios de acelerar a realização do objectivo de uma África livre do flagelo de conflitos.

Progressos realizados...

3. Sem dúvida alguma durante meio século passado, o continente realizou progressos significativos no domínio de paz e segurança. No plano institucional, a OUA e a UA criaram estruturas que permitiram reforçar a capacidade do continente de prevenir crises e conflitos, geri-los e solucioná-los quando ocorrem. Deste modo, as iniciativas tomadas a nível da OUA culminaram com a adopção, em Junho de 1993, da Declaração do Cairo sobre a criação do Mecanismo para a Prevenção, Gestão e Resolução de conflitos. Subsequentemente, este Mecanismo, no quadro da transição da OUA para UA, deu origem ao Protocolo relativo à criação do CPS, que foi adoptado em Durban, em Julho de 2002, e entrou em vigor em Dezembro de 2003. Venceram-se etapas importantes na operacionalização da Arquitectura Continental de Paz e Segurança (APSA) prevista pelo Protocolo, tal como se verifica com o estabelecimento do CPS, Grupo dos sábios e mais recentemente, da rede « PanWise », que reagrupa este órgão, as estruturas semelhantes a nível regional e outros actores activos na prevenção de conflitos e mediação, bem como as componentes essenciais do Sistema Continental de Alerta Precoce (SCAR) e da Força africana em Estado de Alerta (FAA). Em conformidade com a letra e o espírito do Acto Constitutivo da UA, as instâncias competentes da União, adoptaram ao longo dos anos vários instrumentos sobre os direitos humanos, governação, democracia, reforma do sector de segurança e a boa vizinhança, que constituem um conjunto de normas e princípios consolidados cujo respeito atenuará de maneira significativa, o risco de conflitos e violência no continente e consolidará a paz onde ela ainda não foi alcançada. Construíram-se parcerias com os principais actores internacionais e multilaterais, como as Nações Unidas e a União Europeia (UE), como bilaterais.

4. No terreno, a UA deu provas de um dinamismo renovado no tratamento de questões de paz e segurança no continente. Foram tomadas iniciativas importantes no que respeita a prevenção de conflitos e o restabelecimento da paz, mas também as operações de manutenção de paz. Sobre este último ponto, a UA, inovou, correndo riscos para contribuir para a emergência da paz, do que propriamente aguardar a ascensão hipotética desta última a fim de a « manter ». Certamente, este voluntarismo ceifou muitas vidas humanas, mas os efeitos positivos no terreno são indiscutíveis, como prova a evolução da situação na Somália desde o desdobramento da Missão da UA neste país (AMISOM).

5. Com os progressos realizados na resolução de conflitos em África, a UA acordou uma atenção particular à reconstrução e ao desenvolvimento pós-conflito. A adopção, em Banjul, em Junho de 2006, de um Quadro de Acção neste domínio constituiu uma etapa importante. Nos projectos de impacto imediato lançados nos diferentes países africanos, para prestar um apoio simbólico aos países referidos, surgiu desde Julho de 2012, a Iniciativa de Solidariedade Africana (ISA), cujo objectivo é de mobilizar, a favor dos Estados-Membros emergentes de conflitos, um apoio multiforme a nível do continente. Trata-se, deste modo, de dar outro sentido à solidariedade africana no quadro de fórmulas inovadoras de entajuda e de partilha.

Mas os desafios persistem

6. Embora os resultados registados sejam uma fonte verdadeira de legítimo orgulho, o continente continua a fazer face a graves desafios no domínio de paz e segurança. De facto, África continua confrontada com a persistência de conflitos, insegurança e instabilidade nas diferentes regiões do continente, com as consequências humanitárias e socioeconómicas inerentes. As novas crises, como essa do Mali e da República Centro-africana (RCA), eclodiram, enquanto outras, tais como o conflito do Sahara ocidental, o diferendo entre a Etiópia e a Eritreia e esse entre este país e o Djibuti, falharam em termos de busca de uma solução. Além disso, os progressos realizados em termos de resolução de conflitos continuam particularmente frágeis, susceptíveis de serem postos em causa, quer no Mali, nos Grandes Lagos, na Somália, Darfur, ou nas relações entre o Sudão e o Sudão do Sul. Eles requerem uma atenção constante e um compromisso contínuo. África continua a dominar a agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas e necessita cada vez mais de missões de manutenção de paz que qualquer outro continente.

7. Significativamente, cerca de duas décadas depois que o continente tomou a decisão de proibir mudanças anticonstitucionais de Governo, África continua a ser confrontada com este flagelo. Os golpes de Estado e outras formas de tomada de poder ilegal ocorridas na RCA, Guiné-Bissau, Madagáscar e Mali ilustram a eficácia limitada dos dispositivos criados. Um facto conexo de particular preocupação diz respeito à banalização do recurso à rebelião armada para valorizar as reivindicações políticas, tal como ilustram os desenvolvimentos recentes no leste da RDC, no Norte do Mali e na RCA. Ela traduz-se pelos abusos inaceitáveis contra a população civil, entre os quais as pilhagens, e outras violações graves dos direitos humanos cometidos pelo grupo rebelde Seleka na RCA constituem actos extremos.

Ela mina a ideia de luta não violenta, inculcando as mentalidades a noção de que a única forma de se fazer compreender é através do uso de armas, e fragilizar os progressos registados desde o lançamento dos processos de democratização no início dos anos 90.

8. Apesar dos progressos registados, a criação da APSA ainda não foi concluída. As relações com as Comunidades Económicas Regionais /Mecanismos Regionais para a prevenção, gestão e resolução de conflitos (CER/MR) ainda não atingiram o nível de harmonia e de coordenação que prescreve o Protocolo relativo à criação do CPS. A APSA, de realçar, baseia-se na primazia da responsabilidade da UA na promoção da paz e segurança no continente. As CER/MR são, na verdade, concebidos como ramos da União facilitando a acção e promovendo posições. Um instrumento importante como a FAEA só poderia ser operacional em 2015, enquanto as situações no terreno exigem respostas imediatas. A incapacidade da UA para intervir no Mali em meados de Janeiro de 2013, para fazer face à ofensiva lançada então pelos grupos terroristas e criminosos contra as posições do exército maliano, revela o longo caminho ainda por percorrer. Somente a operação francesa 'Serval' permitiu evitar a catástrofe que se desenhava. Numerosos africanos consideram que esta operação deveria ter sido conduzida por tropas africanas.

Necessidade de um compromisso mais sustentado

9. É neste contexto que a Comissão submeteu à reunião dos Ministros da Defesa que teve lugar em Adis Abeba, em 30 de Abril de 2013, um relatório recomendando a criação, a título provisório, aguardando a operacionalização da FAEA e da sua Capacidade de desdobramento rápido (CDR), de uma Capacidade Africana de resposta Imediata às Crises (CARIC). O objectivo é de dotar África de uma capacidade estritamente militar, de alta reactividade e capaz de responder imediatamente às situações de urgência sobre a decisão política. Em outros termos, trata-se de criar uma força eficiente, sólida e credível, com capacidade de desdobramento rápido, apto a efectuar operações a longo prazo e com objectivos limitados, ou de contribuir para criar condições favoráveis para as operações de paz maior envergadura da UA e/ou das Nações Unidas. A CARIC seria constituída de capacidades militares, forças multiplicadoras e recursos provenientes do continente. Para esse fim, as unidades segundo os padrões de formação, avaliação e de certificação que requer um desdobramento imediato serão identificados nos Estados-membros. O seu uso obedeceria aos modos de decisão prevalecendo na UA. Nenhum momento é mais indicado que a celebração do quinquagésimo aniversário da OUA/UA para a tomada de decisões face à situação.

10. Para além do caso específico do Mali tal como referido acima, a ambição de África de se apropriar dos esforços de paz no continente e exercer a liderança sem a qual nenhuma solução duradoura poderá ser alcançada por dois factores essenciais. O primeiro é ligado à contribuição financeira insuficiente dos países africanos às iniciativas de paz da União e seus Mecanismos regionais. A assistência externa é certamente bem-vinda em nome da indivisibilidade da paz e segurança internacionais, mas ela não poderia ser substituída pela responsabilidade incumbida aos Estados-Membros. O segundo factor trata dos limites da parceria estabelecida com as Nações Unidas, nomeadamente no que respeita a consulta com a UA antes

da tomada, pelo Conselho de Segurança, de decisões sobre assuntos fundamentais para África. Numerosos exemplos que, durante os últimos anos vieram ilustrar esta situação lamentável, que faz do continente o espectador do seu próprio destino, cujos contornos, se não são detalhados, são determinados fora, com agendas que não são sempre conforme as preocupações africanas.

11. No que respeita o precedente, a comemoração do quinquagésimo aniversário da OUA-UA constituirá uma ocasião para expressar uma nova dinâmica para os esforços de paz do continente e fornecer as orientações requeridas para a fase que se aproxima. A tarefa é grande mas as prioridades são claras. Do avanço à conclusão da operacionalização da APSA ao reforço da apropriação pelo continente dos esforços de paz e de sua liderança passando por um compromisso mais firme em matéria de prevenção de conflitos, através nomeadamente da implementação de numerosos compromissos tomados pelos Estados-Membros no domínio da governação, respeito dos direitos humanos e da democracia, e uma maior solidariedade com os países africanos emergentes de conflitos, a urgência é incontestável. Uma resposta efectiva requer uma vontade política firme e um compromisso sem falha. Além do mais o dever dos Pais fundadores da OUA era superar o desafio da libertação do continente, bem como para a geração actual dos dirigentes africanos é, nomeadamente, de acabar com o flagelo dos conflitos e responder à exigência democrática, condição única para uma paz duradoira.

12. Neste contexto, de notar a pertinência e a validade da Declaração adoptada pelos Chefes de Estado e de Governo durante a sessão especial de Trípoli sobre a análise e a resolução de conflitos, realizada em 31 de Agosto de 2009, e cujo parágrafo 9 se resume tal como segue: « ... *Nós estamos determinados a por termo definitivo ao flagelo dos conflitos e da violência no nosso continente, conscientes das nossas insuficiências e dos nossos erros e animados pela vontade de mobilizar todos os meios e recursos humanos necessários e aproveitar todas as oportunidades para promover e fazer progredir a agenda de prevenção de conflitos, de restabelecimento e de manutenção de paz, bem como o da reconstrução pós-conflito. Como dirigentes, nós não podemos simplesmente legar o fardo dos conflitos para as gerações futuras Africanas.* Este parágrafo resume claramente a tarefa futura dos Estados africanos.

III. ASSINATURA E RATIFICAÇÃO DO PROTOCOLO DO CPS

13. Desde a sua entrada em vigor, em Dezembro de 2003, cinquenta e um (51) Estados Membros assinaram o Protocolo sobre o CPS, enquanto quarenta e sete (47) assinaram e ratificaram. Os seguintes Estados Membros assinaram o Protocolo, mas ainda não o ratificaram: RCA, RDC, Libéria, Ilhas Seychelles e Somália. Dois Estados Membros ainda assinar e ratificar o Protocolo, nomeadamente Cabo Verde e Sudão do Sul.

IV. MEMBROS DO CPS E PRESIDÊNCIA ROTATIVA

14. De acordo com o que está estipulado no Artigo 5º (1) do Protocolo, o CPS é composto por 15 (quinze) membros, todos com direitos iguais, que são eleitos da seguinte maneira: 10 membros eleitos para um mandato (2) de dois anos e cinco (5) para um mandato de três (3) anos. A lista actual dos membros do CPS na ordem

alfabética inglesa é a seguinte: Argélia, Angola, Camarões, Congo, Côte d'Ivoire, Djibuti, Egipto, Guiné Equatorial, Gâmbia, Guiné, Lesoto, Moçambique, Nigéria, Tanzânia e Uganda.

15. Em conformidade com o Artigo 23º do Regulamento Interno, que prevê a rotação mensal da Presidência do CPS, seguindo a ordem alfabética inglesa dos nomes dos membros do CPS, durante o período em análise, a Presidência do CPS rodou da seguinte maneira:

- | | | |
|---|-------------------|----------|
| - | Fevereiro de 2013 | Lesoto |
| - | Março de 2013 | Nigéria |
| - | Abril de 2013 | Tanzânia |
| - | Maior de 2013 | Angola. |

V. ACTIVIDADES DO CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA

16. No exercício do seu mandato, durante o período em análise, o CPS empenhou-se em esforços contínuos para resolver situações de conflito e de crise no continente, em estreita cooperação com intervenientes relevantes, incluindo outros Órgãos da UA, as Comunidades Económicas Regionais / Mecanismos Regionais de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos (CER/MR), as Nações Unidas, a UE e outros parceiros da UA. O CPS abordou igualmente questões temáticas inerentes ao seu mandato. O CPS realizou um total de vinte e uma (21) reuniões durante o período coberto pelo relatório, incluindo uma a nível ministerial, realizada em Dar-es-Salam, República Unida da Tanzânia, em 22 de Abril de 2013, destinada a analisar a situação em Madagáscar. Foram convidados a tomar parte os países e outros intervenientes preocupados com as situações e os assuntos discutidos, em conformidade com as disposições do Protocolo do CPS e em harmonia com a prática estabelecida do CPS. O CPS também realizou outras actividades.

(i) Actividades relacionadas com crises e situações específicas

17. Durante o período em análise, o CPS examinou as seguintes crises e situações:

- Abyei (374ª reunião realizada a 7 de Maio de 2013);
- República Centro-Africana (362ª reunião, realizada a 23 de Março de 2013, 363ª reunião, realizada a 25 de Março de 2013, 366ª reunião, realizada a 16 de Abril de 2013, 375ª reunião, realizada a 10 de Maio de 2013);
- Darfur (371ª reunião, realizada a 25 de Abril de 2013);
- RDC (356ª reunião, realizada a 27 de Fevereiro de 2013, 371ª reunião, realizada a 25 de Abril de 2013, e 375ª reunião, realizada a 10 de Maio de 2013);

- Guiné-Bissau (361ª reunião, realizada a 22 de Março de 2013, 372ª reunião, realizada a 26 Abril de 2013);
- Mali (358ª reunião, realizada a 7 de Março de 2013, 371ª reunião realizada a 25 de Abril de 2013 e 376ª reunião, realizada a 16 de Maio de 2013);
- Madagáscar (355ª reunião, realizada a 13 de Fevereiro de 2013, 368ª reunião realizada a 22 Abril de 2013 e 376ª reunião, realizada a 16 de Maio de 2013); e
- Somália (356ª reunião, realizada a 27 Fevereiro de 2013, e 375ª reunião, realizada a 10 de Maio de 2013).

18. Em cada uma dessas reuniões, o CPS adoptou comunicados ou declarações à imprensa, através dos quais se pronunciou sobre as matérias em análise e concordou sobre o caminho a seguir. Estes documentos foram distribuídos a todos os Estados Membros e outros intervenientes, pela Comissão, que também tomou medidas para garantir o acompanhamento, conforme o caso.

(ii) Actividades relativas à análise de assuntos temáticos relevantes á paz e segurança

19. O CPS também realizou reuniões sobre questões temáticas no âmbito do seu mandato e relevantes para o objectivo geral de promover paz, segurança e estabilidade duradouras no continente. Durante o período em análise, o CPS examinou os seguintes assuntos temáticos:

- eleições no continente (355ª reunião, realizada a 13 de Fevereiro de 2013 e 372ª reunião, realizada a 26 de Abril de 2013);
- pleno uso de todos os instrumentos na diplomacia preventiva (360ª reunião, realizada a 22 de Março de 2013);
- mulheres e crianças nas situações de conflitos violentos em África: contribuição e papel das mulheres (342ª reunião, realizada a 26 de Março de 2013); e
- operacionalização da APSA, incluindo as ASF RDC (370ª reunião, realizada a 24 de Abril de 2013).

(iii) Missões no Terreno realizadas pelo CPS

20. Durante o período em análise, o CPS realizou igualmente duas missões no terreno, ou seja, para Darfur, no Sudão, de 17 a 19 de Março de 2013, e para RDC, de 11 a 14 de Maio de 2013. O objectivo da missão para Darfur foi de avaliar a situação na região e a execução do mandato da Operação Híbrida UA-ONU em Darfur (UNAMID), bem como as perspectivas de paz, segurança e estabilidade duradouras, à luz dos esforços em curso, visando a implementação do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD). A delegação do CPS reuniu-se com as

autoridades sudanesas em Cartum e em Darfur, a liderança da UNAMID, bem como com os intervenientes locais. Posteriormente, na sua 371ª reunião, realizada em 25 de Abril de 2013, o CPS analisou relatório da sua missão e adoptou um comunicado sobre o assunto.

21. O objectivo da missão do CPS à RDC foi de obter informações em primeira mão sobre a situação vigente, especialmente na parte oriental do país, e ter uma melhor apreciação dos esforços que visam estabilizar o leste da RDC e promover a paz e segurança duradouras na Região dos Grandes Lagos, principalmente após a assinatura do Acordo-Quadro para a Paz, Segurança e Cooperação na RDC e na Região. A delegação do CPS foi recebida pelas autoridades congolenses, tanto em Kinshasa como em Goma. Reuniu-se igualmente com a chefia da Missão das Nações Unidas para a Estabilização na RDC (MONUSCO), bem como com organizações da sociedade civil. O relatório da missão está a ser concluído.

(iv) Retiro do CPS sobre os seus métodos de trabalho e actividades do Comité de Peritos do CPS

22. De 9 a 10 de Fevereiro de 2013, o CPS realizou um Retiro em Djibuti, com o objectivo de rever os seus métodos de trabalho, a fim de melhorar a sua eficácia no exercício de seu mandato. Este retiro foi um seguimento daquele anterior que teve lugar em Yaoundé, Camarões, de 15 a 16 de Novembro de 2012, que fez uma reflexão sobre a implementação das Conclusões do retiro CPS realizado em Dakar, Senegal, de 5 a 6 de Julho de 2007. Os métodos de trabalhos implicados estão já a ser implementados.

23. No exercício de seu mandato, o CPS é assistido por um Comité de Peritos, composto por representantes dos membros do CPS. Em 15 de Maio de 2013, o Comité de Peritos reuniu-se para rever o Projecto do seu Regulamento Interno. Este documento será submetido ao PSC para apreciação e aprovação.

(v) Participação do CPS nas actividades dos outros órgãos da UA que lidam com a paz e segurança

24. Na sua qualidade de Presidente do CPS para o mês de Abril de 2013, o Embaixador da Tanzânia participou no segundo retiro do Painel dos Sábios, realizado em Adis Abeba, UA, de 11 a 12 de Abril de 2013. Ele falou na sessão de abertura da reunião.

25. Na sua qualidade de Presidente do CPS para o mês de Maio de 2013, o Embaixador de Angola foi convidado pelo Presidente do Parlamento Pan-Africano (PAP) para falar perante o PPA, em 8 de Maio de 2013. Ele fez uma apresentação sobre as situações de conflito e de crise em África.

VI. ACTIVIDADES DO PAINEL DOS SÁBIOS

26. O Painel dos Sábios tem o mandato de apoiar os esforços do CPS e os do Presidente da Comissão, em particular na área da prevenção de conflitos. Durante o período em análise, o Painel convocou o seu segundo retiro com órgãos similares nas CER/MR, com a participação de outros intervenientes e de peritos, em Adis

Abeba, 11-12 de Abril de 2013. O retiro, que era um seguimento ao realizado em Ouagadougou, de 4 a 5 de Junho de 2012, culminou com a aprovação do quadro para a operacionalização da Rede Pan-Africana dos Sábios (Pan-Wise) e de um Plano de Acção para o período 2013-2017. O objectivo da Pan-Wise é de fortalecer, coordenar e harmonizar as actividades das estruturas e dos actores envolvidos nos esforços de prevenção e promoção da paz em África, numa única perspectiva, como forma a maximizar os efeitos positivos de coordenação e sinergias a nível continental com base em interacção ao nível de base e complementaridades.

27. Em 13 de Abril de 2013, em Adis Abeba, o Painel dos Sábios realizou a sua 13ª reunião. Na ocasião, o Painel passou em revista a situação de paz e segurança no continente, com base nas sessões de informação feitas pelo Comissário para a Paz e Segurança; actualizou o seu programa de actividades para o resto do ano 2013, com especial incidência nas missões pré-eleitorais e de averiguação; e analisou os progressos alcançados na finalização de seu relatório temático sobre "Mulheres e Crianças nos Conflitos Armados". Anteriormente, em 13 de Fevereiro de 2013, a delegação do Painel que realizou uma missão conjunta de avaliação pré-eleitoral no Quénia, com o Comité de Sábios do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA), em Janeiro de 2013, informou o CPS sobre as constatações e recomendações.

VII. ESTADO DE PAZ E SEGURANÇA

28. Os parágrafos a seguir proporcionam uma visão geral das situações vigentes no terreno. Abrange também questões temáticas relevantes para a promoção da paz, segurança e estabilidade no continente.

(i) Situações no Terreno

a) Madagáscar

29. O período em análise foi marcado pela continuação dos esforços de implementação do Roteiro para a saída de crise em Madagáscar, assinada a 17 de Setembro de 2011. Convém igualmente relevar o surgimento de novas dificuldades, que tendem a por em causa os progressos registados aqui.

30. A Conferência recordar-se-á que se registaram progressos na implementação do Roteiro, tal como testemunha a criação das principais instituições de transição, ainda que estas continuem, por razões diversas, a serem boicotadas pelas Alas políticas dos antigos Presidentes Albert Zafy e Didier Ratsiraka. Registaram-se igualmente progressos no Processo eleitoral. Com efeito, a Comissão Eleitoral Nacional Independente de Transição (CENI-T) e as Nações Unidas indicaram que são do ponto de vista técnico e financeiro dispostos a organizar as próximas eleições previstas para 24 de Julho de 2013 para a 1ª volta da eleição presidencial, em 25 de Setembro de 2013 para a 2ª volta da eleição presidencial, combinado com as eleições legislativas e em 23 de Outubro de 2013 para as eleições autárquicas. Do mesmo modo, e no quadro das medidas de confiança, quatro próximos do antigo presidente Ravalomanana, incluindo a sua esposa, seu filho e sua filha, regressaram a Antananarivo.

31. Contudo, algumas disposições do Roteiro não foram implementadas nem tão pouco aplicadas de forma parcial. As mesmas relacionam-se nomeadamente com o carácter neutro, inclusivo e consensual do Processo de Transição, às medidas de confiança e de reconciliação nacional, incluindo o respeito das liberdades fundamentais, a outorga da amnistia e da revolta incondicional ao país de todos os exilados políticos, bem como o apoio da comunidade internacional à implementação do Roteiro. Outra fonte de preocupação está ligada ao Processo do diálogo entre malgaxes, que iniciou em 18 de Abril de 2013 por uma reunião dirigida pelo Conselho ecuménico das igrejas cristãs de Madagáscar (FFKM) e que terminou em 5 Maio de 2013. Se é verdade que este Processo entre no quadro do Roteiro, algumas das recomendações da reunião, nomeadamente essas relativas a uma nova transição e a conclusão do Roteiro parecem preocupantes já que se afastam manifestamente do rumo seguido actualmente no quadro do Processo de saída de crise em Madagáscar.

32. Foi neste contexto que o Tribunal Eleitoral Especial (CES), em 3 de Maio de 2013, difundiu a lista dos candidatos à eleição presidencial, entre os quais figuram, entre outras, tanto o Presidente da Alta Autoridade de Transição (HAT), Andry Rajoelina, como a esposa do antigo Presidente Marc Ravalomanana. Sem dúvida alguma, a decisão do Sr. Rajoelina de se apresentar á eleição presidencial constitui uma renúncia ao compromisso que ele tinha tomado, na sequência da decisão do Sr. Ravalomanana de não se candidatar ao escrutínio presidencial, ao mesmo tempo que ele contradiz a recomendação feita pela Cimeira extraordinária da SADC, realizada em Dar es Salaam, em 7 e 8 de Dezembro de 2012, para que estas duas personalidades não se apresentem às próximas eleições. Esta situação complica seria mente o Processo de saída de crise e agrava a estabilidade de Madagáscar.

33. Em conformidade com o comunicado da reunião do CPS realizada em Dar-es-Salam 22 de Abril de 2013, a Conferencia poderia reiterar a posição da UA sobre a não-participação à eleição presidencial das duas personalidades políticas supracitadas, solicitar respeito escrupuloso do Roteiro e advertir todos os que, por actos, complicam ainda mais os esforços de saída de crise.

b) Comores

34. O período em análise assistiu à celebração do quinto aniversário da operação "Democracia nas Comores » lançada em 28 de Março de 2008, a qual tinha permitido restaurar a autoridade do estado na ilha de Anjouan. Esta celebração surge num contexto marcado por progressos contínuos no Processo de consolidação da paz e reconciliação nacional, apesar das dificuldades que continuam a persistir.

35. Entre as iniciativas tomadas pela Comissão em apoio aos esforços nos Tribunais nas Comores, importa sublinhar que o envio, de 7 a 12 de Fevereiro de 2013, de uma missão conjunta conduzida pela UA e à qual tomaram parte representantes do Banco Mundial, do Secretariado das Nações Unidas e da Francofonia. Esta missão vinha na sequência do pedido endereçado, a 2 de Dezembro de 2012, pelo chefe de Estado comoriano, Dr. Ikililou Dhoinine, bem como à Presidente da Comissão e ao Secretário-geral das Nações Unidas, solicitando uma assistência em matéria de investigação judicial e da polícia no quadro do

inquérito relativo ao assassinato, em Maio de 2010, de um oficial superior do exército comoriano. A missão formulou varas recomendações sobre as medidas adicionais a serem consideradas para relevar o desafio do desenvolvimento socioeconómico e reforçar a estabilidade, incluindo através da reforma do sector da defesa e segurança e a abordagem dos desafios de desenvolvimento socioeconómicos. Neste sentido, de realçar que após a evolução positiva da parte do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Dezembro, após a elegibilidade de Comores na Iniciativa dos Países Pobres mais Endividados (HIPC), e o resultado das boas perspectivas de anulamento da dívida comoriana e o acesso ao fundo externo, uma missão de avaliação do FMI visitou Moroni, de 12 a 14 de Março de 2013. Aproveitou a oportunidade para reiterar ao governo comoriano pelos resultados obtidos na implementação de reformas estruturais.

36. Em 20 de Abril de 2013, o governo comoriano anunciou a descoberta de uma conspiração implicando tanto nacionais comorianos como cidadãos estrangeiros. Este desenvolvimento realça a necessidade de um seguimento contínuo da situação nas Comores, tanto mais que o arquipélago que no passado conheceu várias mudanças anticonstitucionais perpetradas com o apoio de mercenários estrangeiros. Além disso, o número de pessoas que padece tentando alcançar a Ilha Comoriana de Mayotte, que se tornou departamento francês desde Março de 2011, continua a aumentar. Um novo drama produziu-se a 18 de Março de 2013, com o desaparecimento, ao largo da ilha de Anjouan, de uma embarcação tradicional que tinha cerca de quarenta pessoas a bordo.

37. Em conclusão, a Conferência da União poderia felicitar-se da evolução globalmente positiva da situação nas Comores e sublinhar a necessidade do acompanhamento determinado pelos esforços envidados. Do mesmo modo, a Conferência poderia condenar a tentativa de destabilização que conheceu as Comores. Enfim, importa que a Conferência sublinhe a necessidade de resolver a questão da ilha comoriana de Mayotte na base da legalidade internacional.

c) Somália

38. Desde a última Sessão Ordinária da Conferência da União, a situação na Somália continuou a melhorar, apesar de alguns desafios. Na frente política, o Governo Federal da Somália (FGS), sob a liderança do Presidente Hassan Sheikh Mohamud, continuou a implementar o seu Plano de Seis Pilares. Durante o período em análise, o FGS adoptou um plano de estabilização nacional com um roteiro sobre a criação da administração local através do país, particularmente nas cidades que foram recuperadas recentemente pelas Forças de Segurança Nacionais da Somália (SNSF), com o apoio da AMISOM. A este respeito, o Primeiro-Ministro Abdi Farah visitou Galgaduud, Puntland, Lower Juba, Gedo e as regiões de Middle Shabelle, como parte da sua “missão nacional de avaliação”.

39. Embora a missão de avaliação do Primeiro-Ministro” tenha sido bastante bem-sucedida, o processo de criação da administração local em Jubbaland permanece inconclusiva. O processo para o estabelecimento do estado de Jubbaland, incluindo Gedo, Middle Juba e Lower Juba, iniciou em Nairobi, em Junho de 2012, sob os auspícios do Plano de Estabilização da IGAD adoptado em Adis Abeba, em Janeiro de 2012. Contudo, após a eleição do Presidente Hassan Sheikh

Mohamud, o FGS declarou que o processo para a criação de administrações deviam ser conduzidas pelo Governo e expandidas para assegurar a inclusividade.

40. Em 28 de Fevereiro de 2013, mais de 500 delegados reuniram-se na região de Kismayo, Lower Juba, para debater e planear a proposta formação do estado de Jubbaland. Em 26 de Março de 2013, o Primeiro-Ministro Somali Abdi Farah Shirdon viajou para Kismayo e informou os líderes religiosos políticos que a conferência sobre o estado de Jubbaland era inconstitucional e unilateral. Instruiu ainda que a convenção de Kismayo fosse separada, os portos marítimos e aéreos de Kismayo fossem entregues ao FGS, e todas as milícias integradas no SNSF. Além disso, o FGS insiste que todas as áreas ainda sob controlo do Al Shabaab na região devem ser recuperadas antes do estado ser formado, subentendendo-se que, em seguida, o FGS nomeará Governadores regionais para o 'Middle, Lower Juba, e Gedo. Contudo, os delegados da convenção de Kismayo insistem que o processo é legal sob a Constituição provisória da Somália. Na sua cimeira extraordinária em 3 de Maio de 2013, realizada em Adis Abeba, os Chefes de Estado e Governo da IGAD, sublinharam que todos os processos em curso para criar administrações regionais deverão se fundamentar num conjunto de princípios, nomeadamente a necessidade do FGS com vista a manter a liderança do processo, para que as consultas sejam inclusivas, e para o processo de cumprimento da Constituição da Somália. Em 15 de Maio de 2013, os delegados da Conferencia sobre o estado de Jubbaland elegeram Raas Kamboni, líder milícia, Sheikh Mohamed Islam Madobe, como Presidente do Jubbaland. Logo depois, o antigo Ministro da Defesa Somali, Coronel Barre Adam Shire Hirale, também foi declarado Presidente por um grupo separado de anciãos noutro processo. Há receios de que este combate poderá eclodir entre apoiantes dos dois campos se não houver nenhum acordo. Estas divergências salientam a necessidade de mais consultas sobre a reestruturação da administração territorial, para favorecer as relações entre o estado a nível federal/central, regional e local.

41. De modo geral, a situação de segurança continua a melhorar, embora o Al Shabaab continue a fazer ataques contra o FGS, civis e a AMISOM. Deve-se continuar a fazer esforços para desfazer, desmantelar e derrotar o grupo extremista. Desde o passado mês de Janeiro, as forças da AMISOM focalizaram sobre a consolidação do seu controlo sobre as áreas recuperadas. Não houve grandes progressos na recuperação de mais territórios do Al Shabaab. Isto deve-se principalmente as limitações operacionais e de recursos, ligado sobretudo a forças facilitadoras e multiplicadoras inadequadas. A 6ª sessão ordinária do Comité Militar de Coordenação de Operações (MOCC), decorrida em Adis Abeba em 10 de Abril de 2013, constituiu uma oportunidade para analisar a situação no terreno, particularmente à luz da retirada das forças etíopes de algumas áreas, tal como estipulado no Conceito Estratégico da AMISOM para as futuras Operações na Somália de Janeiro de 2012. A reunião acordou sobre várias medidas para a abordagem desta situação.

42. A Conferencia recordará que o Conceito Estratégico da AMISOM sublinhou a necessidade da SNSF e das forças aliadas serem apoiadas devidamente com vista a facilitar a mobilização de tropas necessárias para libertar a Somália. Se as forças de segurança Somali, a AMISOM e o contingente etíope não são devidamente apoiados, as conquistas feitas podem infelizmente ser revertidas. A AMISOM em

particular deve operar lado a lado com um exército nacional equipado e bem treinado cujos conhecimentos sobre as condições políticas, sociais, culturais e militares a nível local são vitais. Especificamente, as SNSF combatendo ao lado das forças da AMISOM requerem urgentemente logística de base tais como combustível, alimentos e evacuação médica. A comunidade internacional deve compreender que a AMISOM não pode libertar a Somália totalmente.

43. Durante o período em análise, a comunidade internacional continuou o seu compromisso na Somália. Em 6 de Março de 2013, o conselho de Segurança da NU adoptou a resolução 2093 (2013), prorrogando o mandato da AMISOM até 28 de Fevereiro de 2014, bem como o pacote de ajuda da NU para a Missão. O Conselho de Segurança, tendo felicitado a revisão pelas Nações Unidas da sua presença e compromisso na Somália, acordou que o Gabinete de Política da NU na Somália (UNPOS) deveria ser substituído por uma nova e alargada Missão Política Especial, o mais breve possível. Em 2 de Maio de 2013, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 2102 (2013) através da qual decidiu criar a Missão de Assistência da NU na Somália (UNSOM) para um período inicial de 12 meses. Subsequentemente, o Sr. Nicholas Kay, do Reino Unido, foi nomeado Representante especial do Secretário-Geral e Chefe da UNSOM, marcando o fim do contrato do Dr. Augustine Mahiga, da República Unida da Tanzânia, que conduziu eficazmente os esforços da NU na Somália em circunstâncias difíceis. De notar que, na sua resolução 2093 (2013), o Conselho de Segurança declarou que segundo o acordo com o Secretário-Geral que as condições na Somália não eram ainda apropriadas para o desdobramento de uma operação de manutenção de paz da NU.

44. Em 7 de Maio de 2013, em Londres, o Reino Unido e a Somália organizaram em conjunto a 2ª conferência para a Somália, a qual foi assistida por cinquenta-quatro amigos e parceiros da Somália, incluindo o Presidente da União, o Primeiro-Ministro Haile Mariam Desalegn da Etiópia, alguns outros Chefes de Estado da região, a Comissão da UA e o Secretariado Executivo da IGAD. A Conferência acordou que a Somália fez progressos importantes e que o país requer o compromisso contínuo dos seus parceiros internacionais, e exortou apoio contínuo com base nos resultados. A este respeito, os parceiros da Somália reiteraram a sua determinação em apoiar a Somália a longo prazo, em todos os sectores, incluindo a criação de Instituições.

45. A Conferência poderá felicitar os recentes desenvolvimentos na Somália, em particular os progressos políticos e os esforços envidados para solucionar as questões constitucionais pendentes. Além disso, a Conferência poderá felicitar as iniciativas do FGS para envolver as autoridades regionais através da sensibilização e diálogo, com vista a promover a unidade e reconciliação nacional, bem como os esforços para a reforma das forças armadas e milícias integradas. Tendo em mente que os Somalis, em particular o seu clã político e líderes religiosos, tem como primeira responsabilidade para a consolidação da paz e segurança no seu país, a Conferência poderá exortar a chefia política da Somália e todos os outros parceiros, de acordo com os melhores interesses da Somália, para continuarem a demonstrar liderança abnegação, determinação e comunhão de objectivos porque sem tais disposições, nenhuma assistência externa ainda que significativa conseguirá consolidar as conquistas registadas na Somália. Além disso, a Conferência poderá reiterar o seu profundo apreço à AMISOM e à sua tropa e países contribuintes de

polícias pelos seus esforços contínuos pela paz, segurança e estabilidade na Somália. Finalmente, a Conferencia poderá apelar a comunidade internacional, em particular as Nações Unidas, para prestar mais apoio à AMISOM, particularmente em relação às forças multiplicadoras e facilitadoras, a fim de permitir à Missão consolidar o progresso feito no terreno e alargar as áreas sob controlo das autoridades Somalis.

d) Quénia

46. Durante o período em análise, a Comissão supervisionou a situação no Quénia, antes e durante as eleições gerais de Março de 2013. Deste modo, a Comissão foi induzida pelo desejo de contribuir para os esforços com vista a prevenir uma repetição da crise pós-eleitoral que afectou o Quénia após o escrutínio presidencial e legislativo de Dezembro de 2007. A Comissão também assistiu o Quénia no processo democrático.

47. A Conferencia recordará que a escalada de violência, após as eleições de Dezembro de 2007, minou a estrutura social do país e ameaçou a sua estabilidade a longo prazo, o então Presidente da União, Presidente John Kufour do Gana, viajou para Nairobi e reuniu-se com os dois dirigentes, Presidente Mwai Kibaki e Raila Odinga que acordaram com uma mediação liderada pela UA chefiada por Kofi Annan, antigo Secretário-Geral da NU. Os esforços da UA, que envolveram também o Presidente Jakaya Kikwete, como Presidente da União, resultaram num Acordo de Reconciliação Nacional, o qual estipulava um governo de coligação, com Mwai Kibaki como Presidente e Raila Odinga como Primeiro-Ministro. A partir das lições tiradas desta triste experiência, os órgãos deliberativos da UA salientaram a necessidade de uma reflexão profunda sobre as disputas e violência relacionadas com eleições. O Painel dos Sábios assumiu a tarefa e elaborou um relatório sobre esta questão, com várias recomendações, que foram endossadas pela Conferencia da União na sua Sessão Ordinária de Sirte, em Janeiro de 2009.

48. Durante as eleições gerais de 2013, a UA tomou várias medidas preventivas. As mesmas incluíram o desdobramento de uma missão de avaliação conjunta pré-eleitoral UA-COMESA chefiada pelo Painel dos Sábios da UA; e, pela primeira vez, a realização pela Comissão de uma missão de observação a longo prazo, que se seguiu a uma missão de observação a curto prazo chefiada pelo antigo Presidente Joaquim Chissano e o Comissário dos Assuntos Políticos da UA. Na véspera da eleição, o Presidente da Comissão viajou para o Quénia para transmitir uma mensagem de solidariedade de África ao povo do Quénia e justificar sobre a necessidade de garantir a realização de eleições pacíficas e credíveis, bem como evitar a repetição da violência que tem caracterizado as eleições de 2007. Eventualmente, e graças ao povo queniano e dirigentes, as eleições foram conduzidas pacificamente e de forma transparente de acordo com todas as missões de observadores, incluindo a da UA. O Primeiro-ministro Raila Odinga, que ficou em Segundo lugar no Uhuru Quéniatta, desafiou os resultados proclamados pela Comissão Eleitoral Independente e Fronteiras (IEBC) no Tribunal Supremo. Depois da reconfirmação da decisão do Tribunal ele reconheceu a vitória do seu rival na primeira volta, com 50.01% do voto.

49. Durante o período da campanha, uma das questões quentes, contestadas por alguns governos estrangeiros, foi a denúncia do Tribunal Penal Internacional (ICC) do candidato presidencial da coligação, Uhuru Quéniatta, e seu companheiro, William Ruto, por alegados crimes contra a humanidade, após as eleições de Dezembro de 2007. Ambos negaram as acusações e prometeram cooperar com o ICC, para esclarecimentos. Contudo, tal como em outras instâncias noutros lugares do continente, os procedimentos do ICC podem complicar o longo percurso para a reconciliação nacional e persuadir os quenianos a empenharem-se na via da consolidação da paz e estabilidade no seu país, deste modo criando condições conducentes para o seu desenvolvimento e a consolidação das suas instituições democráticas. A UA, que está comprometida em combater a impunidade, salientou várias vezes a necessidade de garantir justiça através de processos judiciais e o imperativo da reconciliação que deverá ter continuidade de forma mutuamente reforçada. Neste contexto, a Conferencia poderia fornecer orientação sobre a via a seguir para a UA na abordagem desta questão, com vista a ajudar o povo queniano a alcançar o seu objectivo de paz, justiça, democracia e desenvolvimento.

e) Processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia

50. Na sua decisão sobre o relatório do CPS sobre as suas actividades e a situação de segurança em África, a ultima Sessão Ordinária da Conferencia da União manifestou preocupação com o impasse continuo no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia e reafirmou o apelo da UA para uma intensificação dos esforços de África para ajudar os dois países a ultrapassar as dificuldades actuais, normalizar relações e criar bases para a paz sustentável e segurança na região. Durante o período em análise, não se registaram progressos no processo de paz entre a Eritreia e a Etiópia. A questão conduziu a consultas regulares entre os parceiros internacionais da Comissão, tal como as Nações Unidas e a UE.

51. Neste contexto, a Conferencia poderia, uma vez mais, enfatizar a necessidade de esforços renovados, para ajudar os dois países a ultrapassar as dificuldades que o processo de paz enfrenta, normalizar as suas relações e criar bases para uma paz duradoira na região. A este respeito, a Conferencia poderia solicitar o CPS para acompanhar atentamente e analisa-lo regularmente.

f) Relações entre o Djibuti e a Eritreia

52. Na sua decisão contida no relatório do CPS sobre as suas actividades e a situação de paz e segurança em África, a última Sessão Ordinária da Conferencia da União reiterou a necessidade urgente para a implementação efectiva e escrupulosa do Acordo de 6 de Junho de 2010 entre o Djibuti e a Eritreia. Solicitou igualmente o CPS para acompanhar activamente a questão e informar sobre o assunto.

53. Durante o período em análise, a Comissão não recebeu nenhuma informação actualizada do Djibuti e da Eritreia relativamente à evolução das suas relações e a implementação do Acordo assinado entre os dois países. A Comissão e o Secretariado da NU analisaram a situação e estão a ponderar sobre uma interacção conjunta com o Governo do Qatar sobre a melhor forma de acelerar os esforços de mediação. O CPS pretende na devida altura rever a situação. Entretanto, a

Conferencia poderia reiterar o apelo da UA para a implementação escrupulosa do Acordo de 6 de Junho, com vista a abordar todas as questões pendentes e consolidar a normalização das relações entre os dois países.

g) Corno de África – abordagem regional

54. Tal como indicado no passado mês de Janeiro, a Conferencia da União, ao longo dos últimos anos, salientou a necessidade de desenvolver uma abordagem regional para os desafios de paz e segurança no Corno de África. Em conformidade, encorajou a Comissão, em colaboração com a IGAD, UA, NU e outros parceiros, para iniciar um processo de consultas que conduziriam para esforços organizados a nível regional para a paz, segurança, cooperação e desenvolvimento no Corno de África. Durante o período em análise, a Comissão continuou a reflectir e consultar sobre os melhores meios e vias para a iniciação do proposto processo de consulta. Tal como solicitado na decisão da Conferencia de Janeiro, a Comissão está a preparar um relatório sobre a questão que será submetido ao CPS.

h) Sudão (Darfur)

55. O período em análise conheceu alguns progressos na busca de uma solução pacífica para crise em Darfur. As negociações entre o Governo do Sudão e o Movimento para a Justiça e Igualdade do Sudão (JEM-S) conduziram a assinatura de acordo de paz, no quadro do Documento de Doha para a Paz em Darfur (DDPD), o qual fez do último a terceira parte signatária do DDPD.

56. Em 7 e 8 de Abril de 2013, uma Conferencia de Doadores com grande participação decorreu em Doha, na qual um montante de US\$3.6 bilhões foi para angariar fundos e donativos por vários países e organizações para a reconstrução e o desenvolvimento de Darfur. Antes disso, e em conformidade com as disposições contidas no DDPD, o Conselho Legislativo da Autoridade Regional de Darfur (DRA) foi inaugurado em 16 de Janeiro de 2013, em Nyala, no Sul de Darfur. Durante esta cerimónia, o Governo do Sudão anunciou a disposição de 800 milhões de libras sudanesas (SDG) que serão revertidas no Fundo de Reconstrução e Desenvolvimento, em cumprimento parcial da sua promessa de \$200 milhões para o Fundo em Julho de 2011. A legislação para a criação do Fundo de Desenvolvimento e Reconstrução de Darfur foi apresentada à Assembleia Nacional do Sudão. Em Fevereiro de 2013, o Ministério das Finanças emitiu uma carta de crédito para o DRA de 800 milhões de libras sudanesas (US\$ 165 milhões).

57. Como parte do processo das Consultas e do Dialogo Interno de Darfur (DIDC), o DRA, com a assistência da UNAMID e de outros parceiros, continua a envolver activamente as organizações da sociedade civil e as Pessoas Deslocadas Internamente (PDI), com vista a tornar o processo o mais inclusivo possível. Em 25 e 26 de Março de 2013, o DRA organizou em Nyala uma Conferencia de PDI e Refugiados com participantes de todas as cinco regiões de Darfur e países vizinhos, com vista a solicitar os seus contributos sobre o relatório da Missão Conjunta de Avaliação em Darfur (DJAM), antes da Conferencia de Doadores de Doha. O documento da estratégia de DIDC foi desenvolvido para a total implementação do processo. Além disso, e em conformidade com as disposições no DDPD, o

Procurador Especial para o Darfur continuou a investigar casos de violações massivas dos direitos humanos, a fim de levar os seus perpetradores à justiça.

58. Durante o período em análise, a situação de segurança em Darfur permanece um problema sério. Os confrontos entre os movimentos armados rebeldes e as Forças Armadas do Sudão (SAF) tem aumentado, o qual consequentemente resultou num aumento da população das PDI. Os confrontos de natureza étnica bem como os recursos naturais em Janeiro e Fevereiro de 2013 causaram também mortes e deslocações. Apesar desta conjuntura conturbada, a operação Híbrida da UA-NU em Darfur (UNAMID) continuou a cumprir o seu mandato. O novo Representante Especial Conjunto da UNAMID UA-NU (JSR), Dr. Mohamed Ibn Chambas, assumiu funções no início de Abril de 2013, e desde então realizou várias consultas com os actores sudaneses envolvidos, bem como com o dirigente da Comissão da UA.

59. A conferência poderá notar com satisfação os progressos feitos no processo de paz em Darfur durante o período em análise, bem como a convocação sucedida da Conferência de Doadores de Doha. A Conferência poderá expressar apoio ao JSR e ao Painel de Implementação de Alto Nível da UA (AUHIP) nos seus esforços com vista à promoção da paz, segurança e estabilidade no Sudão. Ao mesmo tempo, a Conferência poderá manifestar preocupação com os últimos confrontos em algumas partes de Darfur e encorajar os movimentos armados que ainda não o fizeram para se juntar ao processo de paz sem demora.

i) Implementação do Roteiro da UA sobre o Sudão-Sudão do Sul

60. A Conferência recordará que, em 27 de Setembro de 2012, após vários meses de negociações intensivas, o Sudão do Sul assinaram o Acordo de Cooperação, bem como oito Acordos adicionais cobrindo áreas específicas de cooperação. Contudo, a implementação dos Acordos foi bloqueada, sobre o desacordo de elementos específicos no Acordo sobre Disposições de Segurança. No actual período em análise, a situação entre o Sudão e o Sudão do Sul testemunhou melhorias significativas.

61. Em 7 de Março de 2013, o Painel de Implementação de Alto Nível da UA (UAHIP) convocou uma Reunião Extraordinária do Mecanismo Conjunto de Política e Segurança (JPSM) em Adis Abeba. Isto conduziu à assinatura, em 8 de Março de 2013, das Modalidades de Implementação *para as Disposições de Segurança, que marcou a conclusão da discussão sobre a implementação do Acordo de Disposições de Segurança assinado em 27 de Setembro de 2012. As Modalidades de Implementação consistiam num plano detalhado e um calendário para a implementação total de todos os elementos do Acordo das Disposições de Segurança. Eles comprometeram os dois países para uma série de acções iniciando a partir do "Dia-D", 10 de Março de 2013, incluindo a retirada incondicional de todas as forças do seu lado da Zona de Protecção das Fronteiras Desmilitarizadas (SDBZ), e o desdobramento do Mecanismo Conjunto de Supervisão e Fiscalização (JBVMM), com apoio logístico e protecção de forças que será fornecido pela Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA). Os dois Governos comprometeram-se em implementar estas medidas de forma incondicional e coordenada. Com vista a cumprir as suas obrigações adicionais, foi determinado*

que a UNISFA requereria pessoal adicional com cerca de 1126 elementos. Solicitou-se ao Conselho de Segurança da NU para autorizar este aumento no reforço de tropas. Na altura da finalização deste relatório, o Conselho de Segurança deverá ainda adoptar resoluções necessárias para autorizar o reforço adicional de forças.

62. O UAHIP subsequentemente convocou duas reuniões extraordinárias suplementares do JPSM, nas quais avaliaram progressos na implementação de todas as medidas identificadas. A UNISFA estava disposta a confirmar que ambos os países retiraram as suas forças tal como acordado, e desdobraram-nas de novo for a do SDBZ. Nestes casos em que cada parte contesta contra o outro, a UNISFA estava disposta a verificar no terreno, se as forças adicionais requeridas pela UNISFA ainda não tinham sido autorizadas pelo Conselho de Segurança da NU.

63. Em 10 de Março de 2013, o UAHIP convocou o Painel de que Lidera as Negociações (LNP) para analisar a Matriz de Implementação para outros Acordos assinados em 27 de Setembro de 2012. O LNP adoptou a Matriz de Implementação para os Acordos entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul, em 12 de Março de 2013. Esta Matriz confirmou o dia 10 de Março de 2013 como o Dia-D para a implementação de todos os Acordos. Na sequência da assinatura da Matriz, ambos os governos deram instruções imediatas às companhias de petróleo para iniciar a produção de petróleo. Em 11 de Abril de 2013, o primeiro carregamento de petróleo transportado do Sudão do Sul para o Sudão, através do oleoduto via Porto do Sudão.

64. A conclusão da Matriz de Implementação levou a uma melhoria marcada nas relações entre os dois estados. Em 12 de Abril de 2013, o Presidente al Bashir efectuou a sua primeira visita oficial ao Sudão do Sul desde a sua ascensão independência em Julho de 2011. O Presidente Bashir e a sua delegação foram recebidos calorosamente pelo Presidente Salva Kiir Maioardit e pelos funcionários seniores do GoSS. Os dois Chefes de Estado reiteraram o seu compromisso para a implementação total dos Acordos de 27 de Setembro de 2012e,para esse fim, instruiu todos os Mecanismos Conjuntos e os Comités para acelerarem os seus esforços. Eles acordaram também criar um Alto Comité Conjunto Ministerial que será presidido por dois Vice-Presidentes dos dois países a fim de facilitar o avanço da tomada de decisões relativas ao reforço das suas relações.

65. Há três questões pendentes na implementação do Roteiro da UA, nomeadamente a questão de Abyei, as áreas disputadas e reivindicadas, e o conflito nas Duas Áreas do Sudão. Relativamente a Abyei, as Partes estão bloqueadas quanto à implementação do *Acordo sobre as Disposições Temporárias para a Administração e Segurança da Área de Abyei bem como o estatuto final de Abyei*. Sobre o primeiro ponto, as Partes ainda não acordaram sobre a distribuição de lugares no Concelho da Área de Abyei (AAC), bem como a composição e dimensão dos Serviços da Policia de Abyei (APS).

66. infelizmente, o impasse levou a um vazio na administração de Abyei, enquanto a situação de segurança continua a ser um problema preocupante. Os residentes de Ngok Dinka que se deslocaram devido aos combates em 2011 têm regressado á área massivamente, e a migração sazonal dos pastores de Misseriya através Abyei no seu trajecto de Sudão do Sul para o Sudão, continua a aumentar.

Na ausência de Administração ou de Serviços Policiais, quaisquer reclamações a nível local poderá resultar num conflito fronteiriço, permanece elevado. Foi neste contexto que, em 4 de Maio de 2013, a UNISFA acompanhou uma delegação de NgokDinka, conduzida pelo Chefe Principal de NgokDinka, Kuol Deng Majok, numa visita ao Norte de Abyei. Enquanto viajavam, esta comitiva foi cercada por um grupo armado de Misseriya. Na sequência do confronto, o Chefe Principal de NgokDinka, líder da comunidade de NgokDinka, bem como o soldado da UNISFA, foram alvejados e mortos. Na altura da finalização deste relatório, a situação ainda estava muito tensa, e todas as Partes trabalhavam para a prevenção do agravamento da situação e a deterioração das relações entre o Sudão e o Sudão do Sul.

67. Aconferência recordará que em Agosto de 2012, as Partes acordaram designar uma Equipa de Peritos para dar uma opinião deliberativa mas não obrigatória sobre o estatuto das cinco áreas fronteiriças disputadas. Durante o período em análise, a Equipa da UA continuou o seu trabalho. Na altura da finalização deste relatório, o "UATE aguardava informações das Partes, a fim de finalizar o seu relatório.

68. No que respeita a situação nas Duas Áreas, e após a conclusão das Modalidades de Implementação sobre as Disposições de Segurança, ao abrigo da facilitação do UAHIP, o GoS e o Movimento de Libertação do Povo do Sudão do Norte (SPLM-N) reuniram-se em Adis Abeba de 24 a 26 de Abril de 2013, desde Junho de 2011. As Partes acordaram adiar as negociações a fim de consultar os seus superiores, e iniciar as discussões em Maio de 2013. Logo após o adiamento das negociações, o "SPLA-North" e seus aliados militares na Frente Revolucionária do Sudão (SRF) lançaram ataques sobre o Um Ruwaba no Norte do Kordofan, que até à data presente escaparam do combate. A situação humanitária permanece uma fonte de grande preocupação.

69. a conferência da União poderá felicitar o Sudão e o Sudão do Sul pelos progressos feitos e exorta-los a acelerar os seus esforços para a resolução das questões pendentes. Em particular, as Partes deveriam acelerar a criação das instituições de Abyei, bem como o processo para a resolução do estatuto final de Abyei, dada a volatilidade da situação nesta área. A Conferencia poderá condenar firmemente o assassinato do Chefe Principal de NgokDinka, e exortar que a investigação seja conduzida rapidamente com vista a garantir que todos os responsáveis por este acto bárbaro sejam levados a justiça. Ao mesmo tempo, a Conferencia poderá apelar os líderes do Sudão e do Sudão do Sul para tomarem todas as medidas necessárias a fim de garantir que a situação actual não fuja do controlo para que Abyei seja uma "área livre de armas". A Conferencia poderá apelar o GoS e o SPLM-N para prosseguir o processo de negociação e prestar a colaboração necessária ao UAHIP com vista a facilitar a resolução do conflito nas Duas Áreas e entretanto, facilitar o acesso humanitário. Finalmente, a Conferencia poderá reiterar o apoio e apreço profundo da UA pelos esforços incansáveis dos membros do e a equipa de apoio.

j) República Democrática do Congo e Região dos Grandes Lagos

70. O período em análise foi marcado por uma evolução notável da situação no leste da RDC, afectada pelas actividades de vários grupos armados entre os quais

figura o movimento político-militar do M23, bem como os esforços envidados tanto na região como da comunidade internacional, com vista a favorecer uma paz duradoura na região. Um dos desenvolvimentos notáveis do período em análise foi a assinatura, na sede da UA, em Adis Abeba, em 24 de Fevereiro de 2013, do Acordo-quadro para a paz, segurança e cooperação para a RDC e a Região pelos onze países membros da Conferencia Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), bem como pelo Secretário-geral das Nações Unidas, a Presidente da Comissão da UA, os Presidentes em exercício da CIRGL e da SADC, na qualidade de testemunhas e garantes da sua implementação. O Acordo articula uma série de compromissos aos quais subscreveram o Governo congolês, os países da região e a comunidade internacional. Na sequência da assinatura deste Acordo, o Secretário-geral das Nações Unidas nomeou a Sra. Mary Robinson como sua Enviada Especial para a Região dos Grandes Lagos. De 28 de Abril a 5 de Maio de 2013, ela efectuou uma visita à RDC, Ruanda, Uganda, Burundi e África do Sul. Nesta ocasião, ela reuniu-se com a Presidente da Comissão da UA e com o seu Representante Especial para a Região dos Grandes Lagos, Embaixador Boubacar Gaoussou Diarra. A reunião inaugural do Mecanismo de Seguimento da Implementação do Acordo-quadro, está prevista para 26 de Maio de 2013, em Adis Abeba, na sede da UA sob os auspícios conjuntos das Nações Unidas e da UA.

71. uma outra evolução positiva trata da adopção pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 28 de Março de 2013, da resolução 2098 (2013). Entre outras, o Conselho de Segurança decidiu, nesta resolução, que a Missão de estabilização das Nações Unidas na RDC (MONUSCO), cujo mandato foi prorrogado até 31 de Março de 2014, disporá, para um período inicial de um ano e nos limites do efectivo máximo autorizado de 19 815 elementos, de uma brigada de intervenção que terá a cargo neutralizar os grupos armados e por objectivo de contribuir a reduzir a ameaça que representam os ditos grupos para a autoridade do Estado e a Segurança dos civis no leste da RDC e de preparar o terreno para as actividades de estabilização. A adopção desta resolução, que marca uma evolução bem-vinda na doutrina das Nações Unidas sobre as operações de manutenção de paz, ainda que para o Conselho se trate de uma medida excepcional que serviria apenas de precedente, seguiu-se as iniciativas tomadas pela CIRGL e a UA. Convém nomeadamente evocar as reuniões ministeriais organizadas pela UA, em Adis Abeba, em 27 e 28 de Dezembro de 2012 e em 8 de Janeiro de 2013, para acordar sobre as modalidades de desdobramento de uma Força Internacional neutra (FIN), tal como inicialmente proposta pela CIRGL. Estas reuniões facilitaram a emergência de um consenso sobre as modalidades de integração de tal Força na MONUSCO e sobre o mandato que lhe seria confiado.

72. a Conferencia recordará que no quadro das decisões da CIRGL, tal como acordadas pelo CPS, iniciaram-se negociações, em Kampala, a 9 de Dezembro de 2012, entre o Governo congolês e o M23, sob os auspícios do Uganda, na sua qualidade de país assegurando a presidência em exercício da CIRGL. A continuação destas discussões foi subitamente afectada pela cisão surgida, à partir do fim do mês de Fevereiro de 2013, no M23 e os confrontos que opuseram a ala política do movimento, dirigida por Jean Marie Runiga, e a militar, conduzida pelo General Sultani Makenga. Além disso, o General Bosco Ntaganda, que constituía objecto de mandados de prisão lançados pelo Tribunal Penal internacional (CPI),

entregou-se na Embaixada dos Estados Unidos em Kigali, no mês de Março de 2013, antes de ser transferido, a seu pedido, à CPI, a fim de responder as acusações que lhe são atribuídas.

73. A Conferencia poderia felicitar os progressos registados durante o período em análise. A este respeito, poderia relevar com satisfação a assinatura do Acordo-quadro e o compromisso reafirmado de todos os países envolvidos para trabalhar para a implementação, bem como encorajá-los a preservar os seus esforços. A Conferência poderia sublinhar a importância de que se reveste a apropriação pelos países da região do processo de implementação do Acordo-quadro, bem como a necessidade de implicar as organizações da sociedade civil nos países envolvidos. A Conferencia poderia se felicitar dos esforços actualmente envidados pelas instâncias da Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL) com vista a revitalização desta organização prescrito no Acordo-quadro, deveria contribuir para os esforços de integração económica e de estabilização da região. A Conferência poderia reiterar a importância de que se reveste uma coordenação estreita entre a UA, as Nações Unidas, a CIRGL e a SADC, com vista a dar um apoio coordenado aos esforços dos países da região. Enfim, a Conferencia poderia se felicitar da adopção da resolução 2098 (2013) e do compromisso da África do Sul, Malawi e Tanzânia em fornecer tropas para a brigada de intervenção. A Conferência poderia também felicitar a Tanzânia para a diligência com a qual ela desdobrou o seu contingente no terreno. Enfim, a Conferência poderia reiterar o seu apoio ao Governo congolês pelos seus esforços visando restaurar a sua autoridade nas localidades ainda sob o controlo do M23.

k) República Centro-africana

74. O período em análise foi marcado pelo golpe de estado perpetrado por uma rebelião armada por uma coligação de movimentos político-militares, denominado Seleka, contra o Presidente François Bozizé, em 24 de Março de 2013, para além de várias semanas de pilhagens, destruição e graves violações dos direitos humanos. O país é doravante dirigido pelo chefe da Seleka, Sr. Michel Am Nondroko Djotodia. Mas a situação de política e segurança do país é instável e incerta. A situação humanitária é igualmente alarmante.

75. A Conferência recordará que a sua última sessão ordinária teve lugar num contexto marcado pela retomada unilateral pela rebelião Séléka de uma ofensiva militar, devido aos Acordos de Libreville de Janeiro 2013, negociados sob os auspícios dos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, que não foram respeitados. Nessa altura, a UA, tanto através da Comissão como o CPS, tinha advertido contra os riscos das acções levadas a cabo pela Seleka e empenhou-se em mobilizar a comunidade internacional para que ela use de toda a sua influência a fim de facilitar uma solução negociada face às dificuldades encontradas na implementação dos Acordos de Libreville e evitar qualquer entrada da rebelião em Bangui. Infelizmente, estes esforços não foram sucedidos.

76. Apesar dos apelos lançados pela CEEAC, UA, Nações Unidas e outros membros da comunidade internacional, a Seleka prosseguiu com a sua ofensiva, tomando o controlo da capital, Bangui, e destituiu o regime do Presidente François Bozizé, em 24 de Março de 2013. Este golpe de estado, que foi firmemente

condenado pelo CPS, que suspendeu a participação da RCA nas actividades da UA e levantou sanções contra os principais dirigentes da rebelião, bem como pelo resto da comunidade internacional, mergulhou a RCA numa situação particularmente preocupante.

77. Pela sua amplitude, duração e gravidade, as cenas de pilhagem e destruição de bens após a tomada de poder pela Seleka são descritas como únicas em toda a história da RCA. Durante varias semanas, as residências dos expatriados bem como dos nacionais, os escritórios administrativos públicos, os locais das empresas privadas foram pilhados e destruídos violentamente. Os locais de culto não foram poupados, suscitando o medo entre os grupos religiosos face às violências e agressões que assolaram o país. As violações dos direitos humanos em grande escala, marcadas pelas agressões físicas, ameaças, intimidações, prisões arbitrárias, violações e outras execuções sumárias foram registadas tanto em Bangui como nas províncias do país. As Forças regulares de defesa e segurança foram abatidas deixando a segurança nas mãos dos elementos da Seleka, em que a maioria não tem controlo e agem deliberadamente. As consequências destas semanas de violência e destruição foram desastrosas para o país ; 206 000 deslocados internos; 49 000 refugiados nos países vizinhos; hospitais carecem de medicamentos e por vezes estão fechados. As escolas, os serviços administrativos e públicos estão abandonados ou fechados. ; a economia está em declínio.

78. Os esforços conjugados pelos Chefes de Estado e de Governo da CEEAC, UA, das Nações Unidas e parceiros da RCA permitiram amenizar o frágil processo de estabilização no país. Assim, os elementos de um Roteiro de Transição (de um período de 18 meses) foram articulados. Um Governo de União Nacional (GUN) e um Conselho Nacional de Transição (CNT), em substituição da Assembleia Nacional dissoluta, foram criados. Está prevista a adopção de uma Carta de Transição e a criação de um Tribunal Constitucional de Transição (CCT). Do mesmo modo, uma Constituição será elaborada e adoptada durante o período de transição, que culminará com a realização das eleições gerais.

79. Em aplicação das decisões do CPS e das conclusões da 4ª Cimeira da CEEAC, um Grupo Internacional de contacto sobre a RCA (GIC-RCA) foi criado. O GIC-RCA realizou a sua reunião inaugural em Brazzaville, a 3 de Maio de 2013, sob a presidência da Comissão e do Presidente Denis Sassou Nguesso, da República do Congo, Presidente do Comité de Seguimento dos Acordos de Libreville, com a participação do Presidente Jacob Zuma da África do Sul. A Comissão, além disso, enviou a Bangui, de 2 a 6 de Maio de 2013, uma Missão conjunta da UA-CEEAC-Nações Unidas-OIF para avaliar as necessidades da MICOPAX em efectivos, equipamentos e financiamentos, e facilitar a geração de Forças em função de um conceito de operação e de apoio logístico. Na altura da finalização deste relatório, a Comissão finalizava as recomendações que serão submetidas às instâncias competentes da UA.

80. A calma progressiva que parece instalar-se em Bangui e nas províncias do país resta contudo muito frágil. Este retorno à normalização necessitará de um apoio importante da região, da UA e dos parceiros internacionais. A reunião do GIC-RCA permitiu identificar as acções urgentes e prioritárias as quais requerem grande esforço. Para além das medidas políticas relativas à revisão do Gun e do CNT a fim

de as tornar inclusivas, as primeiras medidas dizem respeito ao restabelecimento da segurança e ordem pública em todo o país, o acantonamento e o desarmamento dos elementos da Seleka, a constituição de um novo núcleo de forças de defesa e de segurança com vista à protecção das populações. De modo geral, a RCA terá necessidade de uma assistência financeira importante nomeadamente através de um Fundo Fiduciário cuja criação foi prevista pelo GIC-RCA.

81. A situação na RCA relevou uma vez mais a recorrência das mudanças anticonstitucionais de Governo em África, apesar dos múltiplos instrumentos das disposições sempre reforçadas adoptadas pelas instâncias competentes da UA. Esta situação revelou igualmente na sua amplitude o perigo que constituem as rebeliões armadas no continente. As mesmas devem ser combatidas com maior vigor e determinação. Além disso, a reafirmação dos princípios pertinentes da UA e a expressão da sua profunda preocupação face à situação e a condenação sem equívoco do golpe de estado, a Conferência da União poderia sublinhar a determinação da UA em manter os autores dos crimes cometidos na RCA responsáveis pelos seus actos. Do mesmo modo, a Conferência poderia marcar o seu apoio aos esforços da Comissão e a CEEAC no quadro da APSA, e apelar a comunidade internacional para lhes prestarem todo o apoio requerido.

I) Implementação da Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do LRA

82. Durante o período em análise, várias medidas foram tomadas durante o período em análise para a Implementação da Iniciativa de Cooperação Regional para a Eliminação do Exército da Resistência do Senhor (RCI-LRA), a qual reúne a RCA, a RDC, o Sudão do Sul e o Uganda. De 11 a 12 de Fevereiro de 2013, a Comissão da UA e o Secretariado da NU organizou uma reunião conjunta em Entebbe, Uganda, sobre a estratégia regional para abordar a ameaça e o impacto das actividades do LRA. Em 13 de Fevereiro de 2013, a RDC cedeu um batalhão de infantaria ligeiro de 500 tropas das Forças Regionais (RTF), que coordena o combate contra o LRA nos seus quartéis de Yambio, Sudão do Sul. Isto cimentou a via para a operacionalização do Sector de Dunguna RDC, depois de Nzara, no Sudão do Sul, e Obo, na RCA, e trouxe o número total de tropas prometidas pelos países referidos para um total de 3,350.

83. De 26 de Março a 4 de Abril de 2013, o Enviado Especial da UA para as questões da LRA, Francisco Madeira, e o Representante Especial da NU para a África Central, Abou Moussa, realizou uma Missão na RDC, Sudão do Sul e Uganda, com vista a avaliar o progresso feito na implementação da Iniciativa e a via a seguir relativamente as operações militares pelas RTF. A missão em Bangui foi eventualmente cancelada devido á então situação prevalecente no país que resultou na entrada na capital dos elementos rebeldes da Seleka e a derrota do governo constitucional da RCA.

84. Em 24 de Abril de 2013, em Adis Abeba, a Comissão convocou a Terceira reunião ministerial do Mecanismo de Coordenação Conjunto (JCM) para a RCI-LRA, com vista a rever a implementação da Iniciativa. A reunião foi realizada no contexto dos desenvolvimentos na RCA, que afectaram de forma negative os esforços para combater o LRA, porque causaram a desintegração do contingente da RCA

previamente incumbida as RTF, além de aumentar a probabilidade de um confronto entre os elementos rebeldes incontrolados da Seleka e o contingente das RTF no Sector de Obo. No início de Maio, o Enviado Especial para a questão do LRA e o Representante Especial da NU visitaram Bangui onde se reuniram com as autoridades *de facto para debater* a continuação das operações da RCI-LRA na RCA. Na reunião inaugural da ICG- RCA, realizada em Brazzaville a 3 de Maio de 2013, os participantes solicitaram as autoridades de transição na RCA para honrarem os seus compromissos em relação a RCI-LRA. E também em 24 de Abril, a Comissão convocou a 1ª reunião do Fórum de Apoio para a RCI-LRA, em conformidade com as decisões pertinentes do CPS, com vista a mobilizar apoio adicional financeiro e logístico para a implementação da RCI-LRA.

85. Registaram-se progressos encorajadores nas operações de combate do LRA. Nomeadamente, os processos militares sobre o LRA, resultando na rendição de alguns dos seus elementos e a neutralização dos principais comandantes. A Conferencia poderia felicitar este progresso e compromisso renovado dos países membros da RCI-LRA a fim aumentar os seus esforços. A Conferencia poderia fazer um apelo aos parceiros e aos estados-membros da UA, nomeadamente as Nações Unidas, para alargar o apoio financeiro e logístico para a implementação sucedida do RCI-LRA.

m) Libéria

86. Os esforços para a consolidação da paz prosseguiram na Libéria ao abrigo da sua actual Visão 2030, a qual tem sido conduzida principalmente pela Agenda de Transformação (AfT) e o Roteiro Estratégico Reconciliação e a recuperação a nível nacional, todos foram lançados pela Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, em Dezembro de 2012. Registaram-se progressos significativos nas áreas de democracia, desenvolvimento de infra-estruturas e ganhos macroeconómicos. Contudo, o país ainda enfrenta muitos desafios, incluindo problemas de segurança ligados as actividades criminosas ao longo da fronteira de Côte d'Ivoire.

87. A conferência poderá felicitar o Governo da Libéria pela sua liderança e compromisso para apoiar as concretizações realizadas desde o início da Guerra civil em 2003, e encoraja-o a perseverar nos seus esforços, incluindo através da implementação imediata do Roteiro para a Reconciliação Nacional. A conferência poderá reiterar o seu apelo aos Estados-Membros da UA e a comunidade internacional em geral para continuar a apoiar o Governo da Libéria, para permitir-lhe abordar de forma sucedida todos os desafios com o potencial para destruir as conquistas arduamente conquistadas, paz e estabilidade no país.

n) Cote d'Ivoire

88. A Costa do Marfim finalizou o processo de normalização institucional com a realização das eleições municipais e locais no dia 21 de Abril de 2013. 'Front populaire ivoirien' – Frente Popular Marfinense (FPI) boicotou as eleições. Por outro lado, progressos significativos continuam a ter lugar em termos de paz e segurança, graças particularmente, ao estabelecimento em 8 de Agosto de 2012, do Conselho Nacional de Segurança (CNS) e da Autoridade de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (ADDR), e da adopção, em Setembro de 2012, de uma estratégia de

reforma do sector de segurança (RSS) e da mobilização dos recursos necessários. Quanto à reconciliação nacional, a Comissão de Diálogo, Verdade e Reconciliação (CDVR), estabelecida para criar condições para o perdão e reconciliação, mas sem impunidade, continuou o seu trabalho, enviando os seus comités locais e preparando investigações e auscultações. Simultaneamente, o Governo manteve diálogo político com a oposição para obter consenso em relação às principais questões em mãos. Registaram-se também progressos em relação à recuperação económica e reconstrução pós-conflito, no âmbito do plano de desenvolvimento nacional, cobrindo o período de 2012-2015. O índice de crescimento da economia para o exercício de 2012 foi 9,6% e deverá permanecer nesse nível ou melhorar nos próximos três anos.

89. A Conferência pode achar oportuno saudar a contínua evolução positiva da situação na Costa do Marfim e encorajar as autoridades da Costa do Marfim a prosseguirem e intensificarem os seus esforços. A Conferência pode igualmente achar oportuno exortar as partes envolvidas na Costa do Marfim, particularmente a FPI, a participar do processo de reconciliação e contribuir de forma positiva nos esforços em curso de consolidação de paz. A Conferência pode também achar oportuno reiterar o apelo da UA aos parceiros internacionais para continuarem e aumentarem o seu apoio aos esforços das autoridades da Costa do Marfim e solicitar aos Estados-membros, no âmbito da iniciativa Africana de Solidariedade, para prestarem apoio aos processos em curso.

o) Guiné

90. O período em análise foi marcado por alguma tensão ligada à conclusão da Transição iniciada em Dezembro de 2009. Na verdade, as eleições legislativas que deveriam acabar com o período de Transição, e que seriam organizadas dentro de seis meses após a tomada de posse do Presidente eleito, em 21 de Dezembro de 2010, ainda não foram realizadas, devido à falta de consenso sobre questões controversas entre os actores políticos, em geral, e entre o governo e a oposição, em particular.

91. Inicialmente, um dos principais pontos de controvérsia girara em torno do recenseamento eleitoral, escolha do operador técnico para a revisão da lista eleitoral, estabelecimento de uma Comissão Eleitoral Nacional Independente (CENI), votação dos guineenses que vivem no estrangeiro e do diálogo político. Na sequência dos actos de violência ocorridos durante as demonstrações de Fevereiro de 2013, num contexto de alta tensão entre o Governo e a Oposição, foi estabelecido um quadro político de diálogo, sob direcção de um Colégio de Facilitadores. Em 23 de Abril de 2013, o Governo, os partidos políticos do campo presidencial e os da oposição, assinaram uma Declaração de Não-violência, sob os auspícios do Colégio de Facilitadores, coordenada pelo Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a África Ocidental, Said Djinnit. Contudo, as demonstrações da Oposição continuaram, resultando em vários incidentes e na perda de vidas humanas em Conacri. A Oposição exige a anulação do decreto de 13 de Abril de 2013, que convoca as eleições para 30 de Junho de 2013, a suspensão das actividades da CENI e a libertação das pessoas detidas, ameaçando o reinício das demonstrações. É neste contexto que o Tribunal Supremo autorizou a

CENI a alargar o prazo para a apresentação de candidaturas dos partidos políticos para as eleições legislativas até 19 de Maio de 2013.

92. A Conferência poderá julgar oportuno apelar às partes interessadas na Guiné para a contenção e para mostrarem um senso de responsabilidade e exortá-los no sentido de trabalharem com determinação para a preservação da paz, segurança e estabilidade nos seus países. A Conferência poderá também julgar oportuno ressaltar a importância das partes na Guiné optarem pelo diálogo sem demora, para a criação de condições propícias para eleições legislativas livres, justas e credíveis, cujos resultados serão aceites por todos os actores políticos e contribuirão para o enraizamento do processo democrático na Guiné. A Conferência pode julgar oportuno exprimir o seu total apoio ao Colégio de Facilitadores, coordenado pelo Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a África Ocidental e afirmar a prontidão da UA em ajudar a superar as dificuldades actuais.

p) Guiné-Bissau

93. A Comissão e o CPS continuaram a acompanhar de perto a situação na Guiné-Bissau. Em 17 de Janeiro de 2013, o Partido Africano para a independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a Aliança Democrática (AD), o Partido Nova Democracia (PND) e o Partido Democrático de Unidade Social (PUSD), assinaram o Pacto de Transição e o acordo político, celebrado a 16 de Maio de 2012. Para o efeito, estes partidos manifestaram sua adesão formal ao processo de transição. Em Yamoussoukro, nos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2013, a 42ª Sessão Ordinária da Autoridade de Chefes de Estado e de Governo da CEDEAO decidiu prorrogar o período de transição na Guiné-Bissau até 31 de Dezembro de 2013, tendo em conta o lançamento pelas partes envolvidas na Guiné-Bissau, do processo de elaboração do roteiro de transição no Congresso Nacional Popular. Em 30 de Abril de 2013, o Governo, a hierarquia militar, os partidos políticos e a sociedade civil assinaram um acordo de princípio, confirmando o cumprimento do período transitório até 31 de Dezembro de 2013, a organização de eleições em Novembro de 2013, a aceitação de um governo inclusivo e a eleição do Presidente da Comissão Eleitoral Nacional, mediante recomendação do Conselho Supremo do Poder Judiciário.

94. Entre os principais desenvolvimentos durante o período em análise, importa referir a abertura, em 12 de Março de 2013, no Tribunal Militar Regional de Bissau, do processo de julgamento do Capitão Pansau NTchama e das 16 outras pessoas, todas acusadas de envolvimento ao ataque, em 21 de Outubro de 2012, à base de Bissalanca. Em 3 de Abril de 2013, o Contra-Almirante José Américo Bubo Na Tchuto, antigo Chefe Estado-Maior da Marinha, foi preso juntamente com os outros quatro, em águas internacionais, numa operação realizada pelos oficiais da Agência Americana de Combate às Drogas (DEA). Em 18 de Abril de 2013, o General António Indjai, Chefe Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau, foi indiciado pelo Advogado do Distrito Sul de Nova Iorque por narco-terrorismo e pelo uso da sua posição, como Estado-Maior do Exército da Guiné-Bissau, para comprar e importar armas em benefício das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Um mandado de detenção internacional foi emitido contra ele. Finalmente, no dia 8 de Maio de 2013, após permanecerem durante de sete meses nas instalações da Delegação da UE, em Bissau, onde eles procuraram refúgio após o atentado, em Outubro de 2012, no acampamento militar de Bissalanca, Ibraima

Sow, antigo Ministro da Educação e Tomas Barbosa, antigo Secretário de Estado das Pescas, regressaram para as suas residências. Esta partida resultou dos esforços de mediação liderada pelo Representante Especial da UA na Guiné-Bissau, a pedido da Delegação da UE. Restando apenas o General Melciades Fernandes naquelas instalações.

95. A Conferência recorda que, no âmbito do reforço da coordenação de esforços da comunidade internacional na Guiné-Bissau, uma missão de avaliação conjunta, liderada pela UA e incluindo a CEDEAO, a Comunidade de Países Língua de Portuguesa (CPLP), as Nações Unidas e a UE, visitou o país em Dezembro de 2012. O relatório da missão foi analisado pelo CPS, em 22 de Março de 2013. Depois de saudar as conclusões da missão, o PSC apelou à prossecução dos esforços para a criação de um consenso internacional e a promoção da acção colectiva para apoiar os esforços de todas as partes envolvidas na Guiné-Bissau e exortou as cinco organizações em causa a prosseguirem os seus esforços para melhorar a coordenação. Posteriormente, a UA e os Representantes Especiais das Nações Unidas na Guiné-Bissau viajaram para a Gâmbia, Senegal e Cabo Verde, de 7 a 13 de Abril de 2013 e depois para Moçambique, na qualidade de Presidente da CPLP, de 15 a 19 de Abril de 2013. Estas visitas constituíram uma oportunidade para destacar a necessidade de uma acção internacional mais sustentada, no sentido de permitir que a Guiné-Bissau realize com sucesso a Transição e faça face aos inúmeros desafios do país.

96. A Conferência da União pode achar oportuno exortar as partes envolvidas na Guiné-Bissau a acelerarem a elaboração e aprovação do Roteiro de Transição e do “Pacto de Regime”, bem como a formação de um Governo de convergência. A Conferência também poderá achar oportuno sublinhar a necessidade de eleições que marcarão a restauração da ordem constitucional, a realizar-se antes de 31 de Dezembro de 2013. É igualmente importante que a Conferência reitere a necessidade imperiosa da luta decisiva contra o tráfico de drogas, incluindo a adopção de medidas contra todos os indivíduos, civis ou militares, envolvidos neste tráfico, bem como medidas contra a pesca ilegal cuja persistência irá comprometer o desenvolvimento socioeconómico na Guiné-Bissau. Finalmente, a Conferência pode achar oportuno encorajar as cinco organizações a continuarem a coordenar seus esforços, sob os auspícios da UA, incluindo o envio de uma segunda missão de avaliação conjunta para a Guiné-Bissau.

q) Mali e o Sahel

97. A Sessão Ordinária da Conferência da União, em Janeiro de 2013, foi marcada por importantes discussões sobre a situação no Mali. Em particular, ela constitui uma oportunidade para os outros Estados-membros mostrarem a sua solidariedade com o Mali. A Conferência aprovou uma declaração solene sobre a situação no Mali, subscrevendo o comunicado da Cimeira do CPS de 25 de Janeiro de 2013, a que se seguiu, em 29 de Janeiro de 2013, a Conferência de Doadores, organizada pelas Comissões da UA e da CEDEAO, para mobilizar recursos para a Missão Internacional de Apoio ao Mali liderada pela África (AFISMA) e as Forças de Defesa e Segurança do Mali (FDSM).

98. Durante o período em análise, a situação no Norte do Mali evoluiu positivamente, graças à acção da FDSM, AFISMA e das Forças Francesas, tirando proveito dos resultados da operação Serval, que frustrou a ofensiva dos terroristas e dos grupos criminosos e tornou possível iniciar o processo de libertação da parte Norte do país. Foram feitos significativos progressos no desmantelamento das bases logísticas dos grupos terroristas e na garantia da segurança no Norte do Mali. A implantação gradual da AFISMA e a evolução positiva da situação de segurança permitiu que a França iniciasse a retirada das suas tropas. No entanto, a ameaça terrorista permanece elevada, especialmente em Gao, Timbuktu e Kidal. Além disso, deve ser feita referência a rivalidade entre os diferentes movimentos armados, terroristas e criminosos, que se confrontam de forma intermitente ao redor Timbuktu e Kidal. Aproveitando a situação de maior segurança, as autoridades do Mali, com o apoio da comunidade internacional, estão gradualmente a repor a administração do Estado nos territórios libertados, por forma a criar um ambiente propício para o retorno à vida normal, o repatriamento voluntário e o reassentamento dos refugiados e deslocados internos, que já começaram a regressar para as suas áreas de origem.

99. Em 29 de Janeiro de 2013, a Assembleia Nacional Maliana, sob recomendação do Governo de Transição, aprovou o Roteiro de Transição. Posteriormente, no dia 6 de Março de 2013, o Governo estabeleceu a Comissão de Diálogo e Reconciliação, e nomeou o seu Presidente, dois Vice-Presidentes e 30 outros membros. Saliente-se que o diálogo inclusivo, que constitui o ponto central do trabalho da Comissão, baseia-se nos princípios e critérios contidos no Roteiro, nomeadamente, o respeito pela unidade e a integridade territorial do Mali, bem como o respeito à natureza secular e republicana do Estado, a renúncia à luta armada e o respeito pela Constituição do Mali.

100. Após a aprovação do Roteiro, o Presidente Interino, Dioncounda Traoré, prometeu realizar eleições livres, justas e credíveis, a partir de Julho de 2013. A este respeito, as autoridades de transição definiram, pormenorizadamente, as várias fases preparatórias do processo eleitoral, especialmente a realização do censo e a preparação dos cartões eleitorais biométricos. O Governo reiterou sua determinação a não poupar esforços no sentido de garantir a reposição da administração e outras instituições estatais nas regiões do Norte, especialmente em Kidal, a depender das condições de segurança. É de salientar que a questão da implantação do exército e da administração maliana em Kidal continua a ser fonte de grande preocupação para o CPS, que, em várias ocasiões, exigiu o desarmamento incondicional de todas as entidades não-estatais no Mali, em particular o Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA) e a observância deste grupo ao princípio da unidade e integridade territorial do Mali, como um pré-requisito para a participação no processo político. O Grupo de Apoio e Acompanhamento sobre a Situação no Mali manifestou preocupações semelhantes, durante as suas reuniões, em Bruxelas, no dia 5 de Fevereiro de 2013 e em Bamako, no dia 19 de Abril de 2013.

101. No momento da elaboração do presente relatório, iniciativas estavam em curso, sob a liderança do Alto Representante da UA e Chefe da AFISMA, antigo Presidente Pierre Buyoya, em estreita cooperação com o Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a África Ocidental, Said Djinnit, o Escritório das Nações Unidas no Mali, a Comissão da CEDEAO e a UE. É neste

contexto que, junto com os representantes de outras partes envolvidas, viajaram para Ouagadougou, nos dias 2 e 10 de Maio de 2013, para consultar o Presidente Blaise Compaoré, mediador da CEDEAO sobre a crise de Mali, e a direcção do MNLA, que manifestou a sua prontidão para manter o diálogo com o Governo do Mali, a fim de encontrar uma solução para o problema de Kidal.

102. No quadro dos esforços para assegurar a adaptação da AFISMA ao novo ambiente de segurança resultante da ofensiva dos grupos armados terroristas e criminosos e da posterior intervenção franco-maliana, a Comissão, em conformidade com o comunicado da 353^o reunião do CPS e da acima mencionada declaração solene da Conferência e, em estreita coordenação com a CEDEAO, os países centrais, as Nações Unidas e outros parceiros, contribuiu activamente para a revisão do Conceito de Operações (CONOPS) harmonizado da AFISMA. O Projecto de CONOPS revisto foi aprovado pela CEDEAO, na 42^a Sessão Ordinária da Autoridade de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Yamoussoukro, Costa do Marfim, nos dias 27 e 28 de Fevereiro de 2013, e pelo CPS, no dia 7 de Março de 2013. O CONOPS revisto facilita, em particular, um maior reforço das forças autorizadas da AFISMA que, desta forma, aumentou o efectivo de 3.300 para 9.620, incluindo 171 elementos pertencentes à componente civil, 8.859 militares e 590 polícias. Do mesmo modo, a Presidente da Comissão nomeou o antigo Presidente Buyoya, como Representante Especial e Chefe da AFISMA, enquanto o Embaixador Aboudou Cheka Tourré, Representante Especial da CEDEAO, foi nomeado como seu Adjunto. Arranjos foram igualmente feitos pela UA e pela CEDEAO para a criação da sede da AFISMA.

103. É neste contexto que o Conselho de Segurança, a pedido das autoridades de transição do Mali, apoiado pela CEDEAO e a UA, solicitou ao Secretário-geral das Nações Unidas a submeter um relatório sobre a transformação da AFISMA em operação das Nações Unidas. Em antecipação do presente relatório, o CPS, no comunicado adoptado na sua mencionada 358^a reunião, sublinhou a necessidade, no quadro desta transformação, de se levar em consideração o papel central que a UA e a CEDEAO devem desempenhar, especialmente no processo político no Mali; a importância da continuidade na liderança da então Missão prevista; e o apoio aos esforços na cooperação regional em matéria de segurança. No dia 25 de Abril de 2013, o Conselho de Segurança adoptou a resolução 2100 (2013) que autoriza o envio de uma Missão das Nações Unidas de Estabilização Multidimensional Integrada no Mali (MINUSMA), que deveria substituir a AFISMA, a partir de 1 de Julho de 2013. O seu mandato inclui a estabilização das principais cidades do Norte e o apoio para a restauração da autoridade do Estado, apoio à implementação do Roteiro, protecção dos civis e a promoção dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, a resolução autoriza as tropas francesas a levar a cabo operações ofensivas em apoio à MINUSMA, a pedido do Secretário-geral. Num comunicado da sua 371^a reunião realizada em 25 de Abril de 2013, o CPS registou com preocupação que África não tinha sido adequadamente consultada no processo que conduziu à adopção da resolução 2100 (2013), destacando que esta situação não estava em conformidade com o espírito da parceria que a UA e as Nações Unidas tinham procurado manter com base nos anos anteriores. O CPS também registou que a resolução não tinha levado em consideração as preocupações formalmente manifestadas pela UA e pela CEDEAO e as propostas que estas submeteram num

espírito construtivo para facilitar o apoio coordenado aos esforços em curso pelas partes envolvidas no Mali.

104. Com vista à transformação planeada de AFISMA em MINUSMA, a UA, a CEDEAO e as Nações Unidas discutiram em Adis Abeba, entre 8 e 9 de Maio de 2013, com vista a obter um consenso sobre as modalidades para esta transição. Além disso, as Comissões da UA e da CEDEAO iniciaram consultas sobre a proposta feita do estabelecimento de uma presença conjunta no Mali para a continuação da prestação de apoio aos esforços do Governo e actores malianos e permitir que África desempenhe o papel que lhe compete a este respeito.

105. A Comissão continuou a mobilizar o apoio da comunidade internacional para o Mali. A este respeito, facilitou, em conjunto com a Comissão da CEDEAO e o Secretariado das Nações Unidas, a organização de duas reuniões do Grupo de Apoio e Acompanhamento, em Bruxelas e Bamako, no dia 5 de Fevereiro e 19 de Abril de 2013, respectivamente. Estas reuniões constituíram oportunidade para avaliar a situação e chegar a um consenso com as autoridades malianas sobre a via a seguir. Iniciativas foram também tomadas em relação à cooperação da segurança regional. Assim, a Comissão organizou, em Nouakchott, no dia 17 de Março de 2013, uma reunião ministerial sobre o reforço da cooperação em matéria de segurança e da operacionalização da APSA na região Sahelo-Sahariana. Seguidamente foi realizada uma reunião dos Chefes dos Serviços de Inteligência dos países da região, em Bamako, no dia 18 de Abril de 2013. Esta reunião será convocada de dois em dois meses.

106. A Conferência pode achar oportuno saudar os desenvolvimentos positivos no Mali e encorajar os actores malianos a não pouparem esforços para a conclusão com êxito do processo de Transição e organizar, nas condições exigidas de transparência e justiça, as eleições presidenciais e legislativas que podem assegurar a restauração total da ordem constitucional. A Conferência pode igualmente achar oportuno destacar o compromisso de África de continuar a apoiar os actores malianos e, a este respeito, sublinhar a importância de uma forte presença africana no Mali. Embora reconheça a prontidão do envio da MINUSMA, a Conferência pode achar oportuno exprimir a determinação de África em desempenhar plenamente um papel político significativo na condução do processo de paz e de estabilização, bem como na conclusão da restauração da ordem constitucional naquele país.

r) Sahara Ocidental

107. A disputa entre o Reino de Marrocos e a Frente POLISARIO sobre o Território do Sahara Ocidental continua a ser motivo de preocupação profunda para a UA. Não se registaram progressos na abordagem desta situação durante o período em análise.

108. No contexto das suas consultas, o Enviado Pessoal do Secretário-Geral da NU, Embaixador Christopher Ross, realizou a sua sexta visita na região, de 20 de Março a 4 de Abril de 2013. Além de Rabat, Tindouf, Argel e Nouakchott, ele visitou também o Território do Sahara Ocidental pela segunda vez, incluindo Dakhla, a segunda maior cidade no Território. A visita ao Território permitiu-lhe uma vez mais

de se reunir e interagir com um espectro de interlocutores locais de defensores dos direitos humanos, advogados de autodeterminação e autoridades locais e aqueles que apoiam a proposta de autonomia da parte de Marrocos. Em 22 de Abril de 2013, o Enviado Pessoal informou o Conselho de Segurança da NU sobre a sua avaliação, derivada da sua última ronda de consultas.

109. Em 8 de Abril de 2013, o Secretário-Geral da NU submeteu um relatório sobre o Sahara Ocidental ao Conselho de Segurança. Ele indicou que o “processo de negociação permaneceu um impasse porque as duas Partes recusaram avançar apresentando e defendendo as suas respectivas propostas”. Ele indicou ainda que o Enviado Pessoal pretendia realizar discussões bilaterais com as Partes “com o objectivo de ajuda-los a conceber os contornos de um compromisso aceitável”. Ele declarou ainda que como as negociações avançam, o seu Enviado Pessoal seria envolvido com outros países da região e organizações regionais, incluindo a União Árabe do Magrebe e a União Africana.

110. Em 25 de Abril de 2013, o Conselho de Segurança tendo considerado o relatório do Secretário-Geral adoptou por unanimidade a resolução 2099 (2013) através da qual felicitou o compromisso das Partes em continuar o processo de preparação da quinta ronda de negociações e apelou a sua recomendação de que o realismo e o espírito de compromisso pelas Partes são essenciais para alcançar o progresso nas negociações. O Conselho de Segurança apelou as Partes para continuarem as negociações sob os auspícios do Secretário-Geral sem condições prévias e em boa-fé, tomando em conta os esforços feitos desde 2006 e os desenvolvimentos subsequentes, com vista a alcançar uma solução política, justa, duradoura e mutuamente aceitável que determinará a autodeterminação do Sahara Ocidental no contexto das disposições consistentes com os princípios e objectivos da Carta das Nações Unidas. Embora tenha prorrogado o mandato da MINURSO até 30 de Abril de 2014, o Conselho de Segurança este ano não está disponível em acordar sobre a expansão do mandato da MINURSO para incluir a supervisão dos direitos humanos, apesar da posição favorável do Secretário-geral sobre a necessidade de uma supervisão abrangente e sustentada da situação dos direitos humanos no Território e nos campos de refugiados de Tindouf.

111. A Conferencia gostaria de evocar que no parágrafo 8da decisão 758 (XXII), adoptada na sua 22ª Sessão Ordinária, o Conselho Executivo solicitou a Comissão para tomar todas as medidas necessárias para a organização de um referendo de autodeterminação do povo de Sahara Ocidental, em conformidade com as decisões pertinentes da Organização da Unidade Africana (OUA) e as resoluções das Nações Unidas. No âmbito do seguimento, o Presidente da Comissão endereçou uma carta ao Secretário-geral da NU, para salientar a necessidade de esforços renovados pela Comunidade Internacional para superar o actual impasse e convidar o seu Enviado Pessoal a visitar Adis Abeba para consultas com a Comissão sobre a via a seguir. Ela endereçou igualmente uma carta aos Ministros dos Negócios Estrangeiros do Reino de Marrocos e a República Árabe Saharawi Democrática. Nestas cartas, ela manifestou a preocupação da UA com o impasse contínuo no conflito e solicitou-lhes para informarem a Comissão sobre as suas opiniões respectivas relativamente á situação e perspectivas para a sua resolução. Na altura da finalização deste relatório, a Comissão ainda não tinha recebido respostas das Partes. Além disso, a Presidente submeteu ao Conselho Executivo o seu primeiro relatório intercalar

sobre a situação no Sahara Ocidental. O acompanhamento do relatório será submetido na devida altura, para fornecer dados actualizados sobre a situação, os esforços da UA incluindo a interacção com a NU, a fim de por termo ao actual impasse.

112. A Conferencia da União poderá reiterar a preocupação da UA pela falta de progresso na resolução do conflito no Sahara Ocidental, quase quatro décadas após o seu início. A Conferencia poderá felicitar os esforços do Presidente e da Comissão e encoraja-la a prosseguir-los, nomeadamente através de uma maior interacção com as Partes, as Nações Unidas e outros parceiros internacionais, com vista a contribuir para um compromisso internacional renovado para a resolução do conflito na base das resoluções pertinentes da UA e NU que estabelecem a autodeterminação do povo do Sahara Ocidental.

s) Tunísia

113. O processo de transição e transformação continua na Tunísia, apesar das dificuldades. No dia 06 de Fevereiro de 2013, o Sr. Chokri Belaid, uma eminente personalidade política, foi assassinada por elementos extremistas. Este foi seguido por manifestações em que um policial foi morto. Os intervenientes, incluindo o Presidente e o Primeiro-ministro na altura, o Sr. Hamadi Jebali, condenaram o assassinato. A Presidente da Comissão condenou também este acto criminoso. Da mesma forma, medidas foram prontamente tomadas pelas autoridades tunisinas para encontrar os autores do assassinato e julga-los em tribunal.

114. O período que se seguiu foi marcado pela tentativa do antigo Primeiro-Ministro, Hamadi Jebali, de formar um governo de "tecnocratas não pertencessem a nenhum partido político", o que levou à sua demissão a 19 de Fevereiro de 2013. O antigo Primeiro-Ministro foi substituído pelo Sr. Ali Larayedh, que formou um novo Governo a 8 de Março de 2013. Desde a sua criação, o novo governo está a trabalhar no sentido da criação de condições para a organização, antes do final de 2013, de eleições legislativas e presidenciais que marcará o fim da transição. A este respeito, esforços continuam a ser envidados para a conclusão da elaboração da nova Constituição. Em Março, a Assembleia Constituinte adoptou um calendário provisório que estabeleceu 27 de Abril de 2013 como data para a apresentação do Projecto de Constituição. Um Projecto de Constituição foi tornado público a 22 de Abril de 2013 e apresentado a Comité de peritos, nomeados pelos membros da Assembleia Constituinte. Logo que o texto tenha sido revisto e uma versão final aprovada pela Assembleia Constituinte, o Projecto será submetido a um referendo que terá lugar em Julho de 2013

115. As autoridades tunisinas continuaram com seus esforços destinados a atingir os objectivos da revolução, particularmente nos domínios económicos e sociais. Da mesma forma, eles têm a vocação lidar com a insegurança e violência decorrentes de actos perpetrada por grupos extremistas, nomeadamente através de operações realizadas pelo exército e os serviços de segurança na parte ocidental do país.

116. A Conferência poderá reiterar o apoio da UA relativamente aos esforços das autoridades Tunisinas e incentivar todos os intervenientes a trabalhar em conjunto, em pleno respeito pelo Estado de direito, para a conclusão bem-sucedida da

transição. A Conferência poderá igualmente renovar seu apelo à comunidade internacional para providenciar o necessário apoio económico e financeiro para possibilitar que a Tunísia complete a transição com sucesso nas melhores condições.

t) Líbia

117. Durante o período em análise as autoridades Líbias continuaram a trabalhar no sentido da conclusão da transição, dentro de um contexto de desafios significativos. No dia 06 de Fevereiro de 2013, o Congresso Nacional Geral (GNC) tomou uma decisão endossando a eleição como o processo através do qual 60 membros da Assembleia Constituinte (20 membros de cada uma das três regiões da Cirenaica, Fezzan e Tripolitânia) serão escolhidos. NO dia 13 de Fevereiro de 2013, o GNC aprovou a criação de uma Comissão para elaborar a lei eleitoral para a Assembleia Constituinte.

118. A partir de 28 de Abril de 2013, milícias armadas, composta por elementos que tomaram parte na revolução, cercou os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Justiça, exigindo nomeadamente a adopção, pelo GNC, da "Lei de Isolamento Político". A 06 de Maio de 2013, o GNC aprovou a lei do "Isolamento Político", que proíbe funcionários do anterior regime Kadafi de desempenharem quaisquer funções políticas e prevê a criação de uma Comissão especial para a sua implementação. Posteriormente, as milícias retiraram-se dos edifícios dos Ministérios em causa. O período em análise foi marcado também por uma escalada de atentados terroristas, principalmente em Trípoli e Benghazi.

119. Neste contexto, o Governo prosseguiu seus esforços para melhorar a segurança. A este respeito, medidas estão a ser tomadas como seguimento das conclusões da Conferência Ministerial Internacional co-organizada pelo Governo da Líbia e pelo Governo Francês em Paris, a 12 de Fevereiro de 2013, que prevêem um conjunto de medidas a serem tomadas em relação ao desarmamento, desmobilização e reinserção dos antigos revolucionários, controlo das fronteiras e a proliferação de armas.

120. A Conferência poderá incentivar as autoridades Líbias e os intervenientes a prosseguirem os seus esforços visando concluir com sucesso o período de transição. A este respeito, a Conferência poderá salientar a importância de se defender o estado de direito, promover a reconciliação nacional e prosseguir os esforços para estabilizar a situação de segurança no país. A conferência poderá igualmente salientar a necessidade do envolvimento contínuo entre a Líbia e seus vizinhos com vista a resolver problemas de segurança e desafios afins, incluindo a prevenção e luta contra o terrorismo, nomeadamente através da implementação eficaz de instrumentos relevantes africanos e internacionais

u) Egipto

121. O processo de transição e transformação continuou no Egipto. Após a aprovação da nova Constituição por referendo em Dezembro de 2012, o Presidente Mohamed Morsi aprovou a constituição em Janeiro e ratificou uma nova Lei de Eleições em Fevereiro de 2013. Seguidamente, emitiu um decreto para a realização

de eleições para a dissolvida Câmara Baixa do Parlamento, a iniciar em quatro fases, a 22 de Abril de 2013, para que o Parlamento pudesse entrar em funcionamento até Julho de 2013. Contudo, a 06 de Março, o Tribunal Administrativo do Cairo decidiu que as pesquisas deviam ser adiadas até que o Supremo Tribunal Constitucional (STC) se pronunciasse sobre as alterações que havia ordenado ao Governo e ao Conselho de Shura (Câmara Alta do Parlamento), a serem efectuadas à nova lei eleitoral, haviam sido efectuadas fielmente, de acordo com a constituição recém-adoptada, ou não. O STC mais tarde considerou que a substância e o processo da nova lei eleitoral violavam as disposições da Constituição. As partes envolvidas devem agora rever a Lei Eleitoral ou elaborar uma nova de acordo com as injunções do STC, um processo que não tinha sido concluído até à conclusão deste relatório.

122. Entretanto os movimentos de oposição continuaram os seus protestos contra o governo, enquanto os movimentos de protesto social, por vezes, resultaram em confrontos com as forças de segurança. Neste contexto, a Presidente da Comissão, a 01 de Fevereiro de 2013, emitiu um comunicado no qual exorta todas as partes egípcias à moderação, e a veicular as suas queixas por meios pacíficos e a trabalhar no sentido da construção de consenso para a resolução dos problemas com que o país se confronta.

123. A Conferência poderá reiterar o apoio da UA relativamente aos esforços em curso para enfrentar os presentes desafios e instar todas as partes para privilegiar o diálogo, a fim de superar as suas diferenças e assegurar que o Egipto avance numa atmosfera pacífica e consensual visando concluir o período de transição com êxito e alcançar os objectivos da Revolução. A Conferência poderá ainda apelar à comunidade internacional para dar o apoio financeiro e económico necessário ao Egipto.

(ii) Questões Temáticas

a) Resolução 1540 (2004) do Conselho da NU e regime de não proliferação de armas de destruição maciça

124. Na sua 20ª sessão Ordinária, a Conferência, inter alia, solicitou a Comissão para tomar medidas, em colaboração com o Comité 1540 e outros parceiros, para promover e reforçar a implementação da resolução 1540 (2004) do Conselho de Segurança da NU em África. A Comissão já iniciou consultas com o Comité 1540 e o Gabinete da NU para os Assuntos de desarmamento no sentido de convocar, em Setembro de 2013, um workshop de seguimento que tem por objectivo abordar as questões práticas relacionadas com a implementação e informação da resolução 1540 com o objectivo de equipar os Estados-Membros da UA com instrumentos e conhecimentos práticos para permitir-lhes alcançar progressos de acordo com as suas obrigações. De recordar que a resolução 1540 tem por objectivo prevenir a proliferação de armas biológicas, químicas e nucleares, e seus meios de distribuição, a actores não estatais, incluindo através da implementação de instrumentos multilaterais de não-proliferação e da criação de legislações apropriadas e controlo a nível nacional de materiais relacionados.

125. A Conferência poderá apelar os estados-membros a implementar integralmente a resolução 1540, bem como ratificar os instrumentos regionais e internacionais em material de não-proliferação, particularmente, o Tratado de uma Zona Livre de Armas Nucleares em África (Tratado de Pelindaba), a Convenção de Armas Químicas (CWC), o Tratado para a Proibição Total de Testes Nucleares (CTBT) e a Convenção de Armas Biológicas e Tóxicas (BWC), todas formando uma parte integral dos esforços globais com vista ao desarmamento e paz no futuro. A Conferência poderá felicitar a conclusão sucedida, de 19 de Abril de 2013, da Terceira Conferência de Revisão sobre a Convenção de Armas Químicas com a adopção, por consenso, da declaração política que confirma o compromisso inequívoco dos estados partes à proibição total de armas nucleares.

b) Terrorismo e Extremismo Violento

126. O continente continua confrontado com a ameaça do terrorismo e extremismo violento. Durante o período em análise, vários ataques ocorreram, nomeadamente no Quênia, Líbia, Mali, Nigéria, Somália e Tanzânia, reivindicando a vida de muitos e causando danos de património e infra-estruturas. Esta situação realça a necessidade de esforços renovados para abordar o flagelo do terrorismo e extremismo violento, bem como as condições conducentes à sua propagação.

127. A este respeito, a questão da ratificação e implementação de instrumentos internacionais pertinentes da UA permanece crucial. É uma questão preocupante que o Protocolo de 2004 à Convenção da OUA de 1999 OUA sobre a Prevenção e Combate ao Terrorismo ainda não entrou em vigor. O Protocolo entrara em vigor 30 dias após o depósito do 15º instrumento de ratificação. Até à data presente, 14 Estados-Membros integram este instrumento. Igualmente importante é a necessidade dos Estados Partes integrando os instrumentos internacionais relevantes tomarem medidas para adoptar a requerida legislação nacional. A este respeito, a Conferência poderá encorajar os Estados-Membros a tirarem proveito do Modelo de Lei Africana Antiterrorismo elaborado pela Comissão, para aumentar e actualizar, se necessário for, as suas legislações nacionais.

128. Durante o período em análise, tomaram-se varias medidas para reforçar a cooperação na área de segurança e a operacionalização da APSA na região do Sahel-Sahariano. Deste modo, e de acordo com as decisões pertinentes do CPS, a Comissão organizou uma reunião ministerial dos países da região em Nouakchott, em 17 de Março de 2013. A reunião acordou sobre medidas a curto, médio e longo prazos que incluem a segurança das fronteiras, partilha de informação e criação de infra-estruturas de comunicação para facilitar a partilha de informação de segurança entre todos os parceiros. Subsequentemente, em Bamaco, em 18 de Abril de 2013, a Comissão convocou uma reunião de seguimento dos Chefes de Estado dos Serviços de Inteligência dos países da região, que reexaminou a situação de segurança na região, avaliou as necessidades de reforço de capacidades das estruturas nacionais e regionais existentes e identificou modalidades para a o reforço da cooperação e a partilha de informação, incluindo no apoio da implementação do mandato da AFISMA. A próxima reunião dos Chefes de Estado dos Serviços de Inteligência deverá ser convocada em meados de Junho, na região. A Conferência poderá felicitar e apoiar estes esforços, bem como apelar as Nações Unidas para alargar a assistência necessária.

VIII. CONCLUSÃO

129. Os últimos meses foram caracterizados por esforços contínuos na área de paz e segurança. De notar que os esforços no processo de reconciliação e estabilização na Somália; a resolução da maior parte das questões pendentes nas relações pós-secessão entre o Sudão e Sudão do Sul; o reforço do processo de paz em Darfur na sequência da decisão do JEM-S para se associar ao DDPD; a assinatura do Quadro de Cooperação de Paz e Segurança para o DRC e a Região, com novas perspectivas derivando da sua implementação efectiva, a melhoria notável na situação no Mali, com a libertação no norte do país e a preparação em curso da realização de eleições que marcarão a conclusão da restauração da ordem constitucional; e o progresso que os países emergentes de conflitos continuam a fazer, particularmente o Burundi, Comores, Côte d'Ivoire e Libéria, ambos em termos de recuperação económica e reconstrução da paz.

130. Contudo, ainda há muitos desafios a serem superados. Por um lado, é necessário consolidar as conquistas feitas, dada a sua fragilidade, tal como evidenciado pelos desenvolvimentos recentes em Abyei, com o assassinato do Chefe Principal de Ngok Dinka e a tensão subsequente; o ataque contra a delegação do JEM-S no seu trajecto para Darfur, resultando no assassinato do seu líder e no impasse dos esforços de paz na região do Presidente de Transição em Madagáscar para a realização das eleições presidenciais, que viola o compromisso solene que ele fez e cria novas incertezas no processo de saída de crise no país. Por outro lado, é importante procurar uma solução para a nova crise na RCA, bem como situações anteriores, tais como aquelas entre a Eritreia e a Etiópia, Eritreia e Djibuti e o Sahara Ocidental. Além disso, o continente continua a enfrentar o flagelo do terrorismo e do crime transnacional.

131. Em conformidade com o precedente, a presente sessão da Conferencia poderia analisar mais profundamente e objectivamente as crises actuais e suas causas adjacentes, com vista a centralizar a vontade política necessária para consolidar o progresso feito e abrir perspectivas reais para solucionar as situações pendentes. Esforços especiais deverão ser consagrados á prevenção estrutural de conflitos, através da implementação de instrumentos da UA em áreas de democracia, governação e direitos humanos, para, tal como foi sublinhado pelo CPS durante o seu debate aberto sobre diplomacia preventiva, muitos conflitos no continente derivam dos défices governamentais. Igualmente importante são as causas sociais económicas adjacentes, incluindo o desemprego dos jovens e os inerentes ao equilíbrio entre unidade e diversidade.

132. A conferência poderia tomar igualmente medidas concretas para o reforço de capacidade da UA com vista a abordar a crise que enfrenta o continente, especialmente quando ocorrem desenvolvimentos súbitos que requerem acção decisiva. A este respeito, é importante tirar lições concretas da experiencia africana na gestão da crise maliana. Poderia dar-se apoio à criação de uma capacidade de resposta Africana imediata e flexível, tomando em conta as perspectivas para a operacionalização (ASF RDC). Tal como uma capacidade que reforçaria judiciosamente a categoria de instrumentos da UA, como o recente estabelecimento do Pan-Wise. De modo geral, a sessão pode constituir uma oportunidade para

reafirmar a determinação de África de se apropriar dos esforços de paz no continente, com corolários naturais de tal ambição, nomeadamente a mobilização de mais recursos no e continente para financiar as suas próprias iniciativas, e uma maior comunhão de objectivos e acções entre os actores africanos, a fim de se obter mais atenção dos parceiros internacionais e garantir que os países africanos mereçam mais consideração, particularmente da parte do Conselho de Segurança da NU, cuja relação com África deveria mover urgentemente para uma parceria genuína. A implementação destas medidas contribuirão grandemente para atingir os dois principais objectivos do dos cinquenta anos da OUA/UA, nomeadamente a promoção do Pan-Africanismo e do Renascimento Africano.

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Assembly Collection

2013-05-27

Report of the Peace and Security Council on its Activities and the State of Peace and Security in Africa

African Union

DCMP

<https://archives.au.int/handle/123456789/9053>

Downloaded from African Union Common Repository